



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

8.

ATA Nº 46/XIII-3º/2021-25

1 - Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, pelas 21H15, no Auditório da Escola Secundária do Monte de Caparica, sito na Rua 25 de Abril, na Freguesia de Caparica, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de fevereiro da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 - Período de Antes da Ordem do Dia; e,

3 - Período da Ordem do Dia:

3.1 – Eleição de Representante da Assembleia Municipal de Almada para integrar o Conselho Municipal do Desporto do Concelho de Almada (alínea b), do nº 1, do artigo 6º do Regulamento do Conselho Municipal do Desporto);

3.2 - Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento de Organização e Funcionamento da Polícia Municipal de Almada”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento Geral de Estacionamento, Paragem e Circulação na Via Pública”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento Municipal de Apoio à Criação Teatral e Performativa de Almada”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração do Regulamento Municipal de Apoios Públicos de Almada (RMAPA)”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências na área da saúde – Proposta de Segunda Adenda ao Auto de Transferência”;

3.8 - Apreciação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Declaração de Compromissos Plurianuais e de recebimentos e de pagamentos em atraso – nos termos da alínea c), do nº 2, do artigo 15º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento HabitAlmada – para aprovação de alterações” (a título condicionado); e,

3.10 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

2 – Instalou-se a Mesa da Assembleia Municipal de Almada constituída pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ivan Gonçalves, pelo Senhor 1.º Secretário, Ivo Almeida, e a 2.ª Senhora Secretária, Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Pedro Branca Lêdo (PS); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Sagueiro (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Inês Pezarat Correia Bom (BE); Karim Hassan Quintino (BE); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Almada procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Bruno Ramos Dias (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); e Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD), manifestando a impossibilidade dos mesmos estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS); António Paulo Júnior (CDU); António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU); Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU), por impedimento de António José Olaio da Silva (CDU); João Carlos da Silva Jorge Antunes (PSD), por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD), Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD); Irina Cristina Ludovico Tricamegy (CDS-PP), Gilberto Alexandre Ferreira Peixoto (Aliança); e Ana Catarina Ribas Lopes (PSD), por impedimento de Aurora Maria dos Santos Moreira (PSD).

4.1.2 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua (BE).

4.3 –Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o seguinte:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU) sobre “Concurso Público Urgente (Monitores de Natação nas Piscinas Municipais”, enviado para a Câmara Municipal em 12/01/2024, foi respondido em 21/02/2024;

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU) sobre “Inundação dos tanques da fábrica romana de salga em Cacilhas”, enviado para a Câmara Municipal em 12/01/2024, ainda não foi respondido;

4.3.3 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Morte de patos no Parque da Paz”, enviado para a Câmara Municipal em 17/10/2023, foi respondido a 09/02/2024;

4.3.4 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Esterilização de animais de colónias”, enviado para a Câmara Municipal em 17/10/2023, foi respondido em 21/02/2024;

4.3.5 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Corpo de Voluntários do Centro de Recolha Oficial de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 09/01/2024, foi respondido em 21/02/2024;

4.3.6 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Sessões de Treino de cães gratuitas no Parque da Paz”, enviado para a Câmara Municipal em 16/01/2024, ainda não foi respondido

4.3.7 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre “Solicitação dos relatórios de monitorização por parte da Câmara Municipal de Almada e dos SMAS, à vala do 2º Torrão, elaborados e assinados entre 2020 e 2022”, enviado para a Câmara Municipal em 31/05/2023, ainda não foi respondido;

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2.

4.5 – Foi distribuída atempadamente a Ata nº 42/XIII-3º e colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, e ratificada a respetiva Minuta, nos termos dos nºs 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes;

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

Referir que as reuniões da Assembleia Municipal são reuniões públicas. E, sendo reuniões públicas, são também transmitidas em *streaming*. Nós temos repórteres de imagem que permitem a transmissão em *streaming* da reunião. E, portanto, a imagem e a identificação dos cidadãos que intervêm na Assembleia Municipal passam a ser de conhecimento público. Por isso, se os/as senhores/as múncipes que pediram a palavra tiverem problemas que pretendam apresentar, mas não queiram que a sua imagem seja revelada através destes meios, podem fazê-lo da seguinte maneira: ou podem colocar a questão por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, que dará sequência à questão, ou podem pedir uma audiência ao Presidente da Assembleia, que terá todo o gosto de receber os múncipes que não queiram expor a sua situação de forma pública.”

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes António Martins, Pedro Marcelo, João Rocha, Júlio Ginja, Nuno Passinhas, António Pratas e Nuno Pinheiro.

5.2.1 – O Senhor Múncipe António Martins:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu chamo-me António Martins, sou morador na Costa da Caparica, e venho aqui apresentar uma situação na zona onde vivo e que se passa há muitos anos e que não há uma solução para este problema.

Eu vivo na rua 6, numa rua de terra batida, uma zona onde existem 10 casas urbanizadas pela Câmara Municipal desde o final dos anos 80. Até hoje não houve qualquer solução para o problema, já foi realmente falado algumas vezes, mas até ao momento não há qualquer solução.

É uma zona que no verão, não se pode realmente ter uma porta aberta por causa do pó, de inverno é um problema por causa dos buracos e da água, é extremamente complicado.

As habitações pagam um IMI, como se tivessem uma estrada, como se tivesse o saneamento, como se tivessem também a parte das águas residuais, pagamos o saneamento como qualquer cidadão normal e não é dada uma solução para um problema destes que existe sensivelmente há mais 35 anos.

Portanto, não compreendo como é que a Câmara Municipal urbanizou 10 habitações, uma das quais é a minha, e até ao momento não deu qualquer solução para o problema e não há qualquer resposta positiva para esta situação. É uma situação em que a Câmara Municipal aqui tem uma grande responsabilidade, porque está em falta para quem legalizou as casas, a Câmara Municipal recebeu o dinheiro das urbanizações, a Câmara Municipal tem esse dinheiro há muitos anos e até ao momento não dá uma solução para o assunto.

Existem ali 59 moradias ou 59 lotes, é provável que não estão todos construídos, mas existem ali 59, portanto, isto é a zona que se chama a Quinta do Abílio, na zona junto à Estrada da Foz do Rego, é uma zona urbana e que realmente é muito difícil, muito complicado viver ali.

Quando chove normalmente temos que andar com um palmo de água na rua, não é para um Concelho como Almada, para um país como Portugal, no século que estamos e que pertencemos à União Europeia, penso que isto é uma solução que tem que haver da parte do Município. O Município tem que dar uma resposta a isso. Se não der é mau porque teremos que tomar se calhar algumas posições diferentes. Mas eu gostava realmente de pedir uma solução para este assunto. Já foi falado com a Câmara Municipal várias vezes e até ao momento não há qualquer tipo de solução.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É dito que um dia vai se resolver, mas já passaram 35 anos. Portanto, gostaria de deixar aqui este assunto.”

5.2.2 – O Senhor Município Pedro Marcelo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou Pedro Marcelo, Presidente da Associação de Pais da Escola do Alfeite, e estou aqui para expressar não apenas a voz dos Pais e Encarregados de Educação, mas também a posição unânime dos professores e funcionários da mesma escola sobre o futuro da nossa escola.

Após uma reunião no dia 29 de janeiro com a Senhora Vice-presidente e Vereadora da Educação, fomos informados sobre a intenção de transferirem a Escola do Alfeite para a Escola Comandante Conceição e Silva, já no próximo ano letivo, e em que condições iria ser feita.

Contudo, uma visita por parte da Associação à referida escola, deixou-nos profundamente convencidos de que esta não possui as condições necessárias, conforme exigido por Lei, para acolher alunos do 1º Ciclo e crianças do Pré-escolar.

Em seguida, no dia 31 de janeiro, tivemos uma reunião com a Senhor Diretor do Centro de Apoio Social do Alfeite, onde obtivemos a garantia de que a Escola pode permanecer no local atual, essa confirmação ao dia de hoje mantém-se a mesma. Além disso, no dia 2 de fevereiro, marcámos presença em grande número na Reunião de Câmara, procurando esclarecimentos sobre o Futuro da Escola do Alfeite e apresentando a nossa posição.

Estamos aqui hoje, para reiterar que é mais sensato aproveitar o próximo ano letivo para realizar as intervenções necessárias na Escola Comandante Conceição e Silva, a fim de garantir a segurança e o desenvolvimento do trabalho letivo, sem interrupções causadas por obras.

Nesse sentido, gostaria de colocar as seguintes questões:

1. Concorda a Sra. Presidente que não há justificativa para realizar a mudança a pressa, sem garantia de cumprimento do cronograma escolar, o que gera incerteza e instabilidade para todos os envolvidos?
2. Estando a obra já adjudicada, qual é a empresa responsável e o valor da mesma?
3. Quais são os trabalhos a executar?
4. Qual será o custo adicional devido a realização das obras a ocorrerem no mês agosto?
5. Em caso de atrasos nas obras, qual é a solução prevista e quando será comunicada aos Pais?

Concluo reafirmando que toda a comunidade educativa concorda em aproveitar a oportunidade de permanecer mais um ano na Escola do Alfeite, afim de proporcionar as melhores condições de aprendizagem, segurança e conforto, que todas as crianças merecem e têm direito.

Gostaríamos que a Senhora Presidente levasse em consideração a posição da comunidade educativa e dos Pais e garantisse a realização das intervenções necessárias na Escola Comandante Conceição e Silva, de forma a estar preparada para receber os mais de 300 alunos e mais de 50 profissionais de educação da Escola do Alfeite.

Apelamos a Senhora Presidente e aos Senhores Deputados Municipais que apoiem a nossa causa.”

5.2.3 – O Senhor Município João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por dizer que este Município, começou apenas a desenvolver a partir de 2017, funcionando até essa data, consoante as ideologias políticas dos municípios e, assim viveram os Almadenses, durante mais de quatro décadas, cujo desenvolvimento das freguesias que passo a citar: Charneca de Caparica, Sobreda e Costa de Caparica, respetivamente, foi catastrófico tanto ao nível da mobilidade, bem como demais situações, estando presentemente esta situação a refletir-se em todas elas, face ao desenvolvimento populacional tão repentinamente nestas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Quero também salientar que a atual Presidente desta Câmara - Inês de Medeiros, bem como o Presidente da União de Freguesias Charneca de Caparica e Sobreda - Pedro Matias, foram ambos uns heróis em 2017, os quais vão ficar na História deste Município, por terem sido os primeiros Presidentes a serem eleitos, após o 25 de Abril 1974, pertencentes a outra força política.

Lamento, que a proposta apresentada na Assembleia Municipal, no dia 27 de Dezembro, do ano transato, pelo atual executivo, relacionada com a transferência de verbas, para a União de Freguesias da Charneca e Sobreda, sendo esta atribuída para realização das obras no apartamento cedido pela Câmara, a instituição Colmeia Vigilante, sediado na Quinta Nova - Charneca de Caparica, tivesse sido chumbada por uma força política, representada nesta Assembleia. Provavelmente, se a mesma verba fosse transferida para qualquer outra Junta de Freguesia deste Concelho, para uma situação idêntica, essa mesma força política não votaria contra, sendo que atitudes desta natureza, apenas demonstra o receio dos temporais políticos que se formam a escassas milhas Sudoeste do Cabo Espichel e, começam aumentar a sua intensidade, aquando da sua aproximação a Herdade da Aroeira, continuando também estes, assolar de forma arrasadora a restante União de Freguesias ou seja - Charneca de Caparica e Sobreda, alterando por vezes a sua trajetória, devido aos ventos fortes do Quadrante Noroeste, para o Pragal e Passos do Concelho desta Cidade, cujo as conclusões políticas, destes fenómenos da natureza, serão analisados pelos cidadãos mais necessitados desta União de Freguesias.

Em relação as Augis, presentemente, constata-se um total empenho por parte deste Município, para a resolução do flagelo das Augis, sediadas na área jurisdição deste, coisa que não acontecia no passado recente, cujo responsáveis destas, atualmente são recebidos com dignidade e respeito, nos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Almada, por parte dos técnicos nomeados para esse efeito e, por vezes até apresentam sugestões técnicas que, são muito importantes para resolução dos processos de reconversão das Augis. Tal situação não acontecia no passado recente, fomos sim tratados como um grupo de vândalos que, residia em locais clandestinos e, por vezes até impedidos de dizer-mos as verdades, quando isso acontecia em ato contínuo, obrigávamo-nos abandonar a sala, este tipo de situação aconteceu várias vezes com o signatário, por ordem emanada pela Presidente cessante da CDU, onde ocorriam as reuniões públicas deste Município.”

5.2.4 – O Senhor Município Júlio Ginja:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou também um morador da mesma zona que o António Martins.

A Câmara Municipal, consecutivamente, quando faz alguma pequena reparação nestas ruas, limita-se a fazer o quê? Descarregar Tout-venant e passar a lamina da moto niveladora. O que é que acontece? Neste momento nalgumas ruas, nomeadamente na rua 6, as pessoas em grande parte das casas têm de subir quase um palmo para atingir a rua, quando há uns anos atrás, a situação era inversa.

Isto numa situação de transição, no mínimo, deveria ser passado primeiro a lamina, retirar algum deste produto porque qualquer dia temos como já temos hoje nalgumas delas, temos é piscinas em casa sem os termos feito. Portanto, penso que não se deve continuar no mesmo tipo de trabalho.

Entretanto, temos aqui outras situações que é a situação dos lixos, que os caixotes são vazados corretamente, mas não há um sítio onde eles estejam definidos, ora estão mais à frente, ora estão mais atrás, ora estão mais à direita, ora estão mais à esquerda, não há um mínimo de organização nem nunca houve infelizmente.

Aqui há uns meses estivemos numa reunião da Câmara Municipal, com uma senhora arquiteta, e foi-nos dito o seguinte: “querem fazer as obras, podem fazer às vossas expensas, a Câmara irá fazer, não sabemos quando, podem fazer às vossas expensas e depois deduzem”. Deduzimos o quê? Em IRS? Nas águas ao SMAS? Não percebi e também não me soube responder. Porque se for feito assim, eventualmente se alguma vez isso fosse feito assim, não sei a que geração chegaríamos para sermos ressarcidos dessas verbas, que, contudo, foram pagas à Câmara Municipal, na altura do licenciamento das habitações.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, neste momento é a situação que temos, as ruas estão intransitáveis. E no século XXI continuamos a ter em Almada, pagando o saneamento, não tendo o saneamento, é uma situa que começa a não ser sustentável.

Portanto, agradecia que houvesse alguma resposta sobre essa situação e nomeadamente, nas outras casas umas têm partes legalizadas, outras não têm, mas que será uma questão da Câmara Municipal, que terá que resolver e impor às pessoas se for esse caso, avançar com o projeto e pagar as respetivas taxas.”

5.2.5 – O Senhor Município Nuno Passinhas;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vim cá hoje prestar apoio como pai de uma criança que está na Escola do Alfeite, acreditando no que foi dito pela Associação de Pais a nível das condições, venho pedir ao executivo e a quem toma as decisões que tenha isso em consideração e que tomem a melhor decisão.

Venho aproveitar para juntar o útil o desagradável que é falar da escola onde trabalho que é a Nº 1 do Feijó. Que a nível estrutural acho que é transversal a todas as escolas do nosso Concelho, e na escola onde trabalho ela foi construída em 2011, ainda não teve uma pintura por fora, o meu prédio fica com o IMI agravado se não for pintado ao fim de 10 anos, mas a escola não foi.

Chove onde estão as crianças do pré-escolar, já se tentou fazer uma intervenção, mas não foi bem feita e continua a chover, começa a chover em mais sítios.

Temos uma sala com uma parede com algum bolor, e que já lá está há 3, 4 anos também ainda não sofreu intervenção e gostava que vocês tivessem isso em consideração e tentassem fazê-lo.

Compreendo que nos canais de comunicação se perca alguma desta informação, que não chegue ao sitio certo, não duvido que a nossa coordenadora mande emails, agora que eles não têm chegado e que as intervenções não têm sido feitas da maneira correta, não têm sido feitas, isto é um facto que eu tenho visto e aproveito para vir aqui falar sobre isso.

Este ano tivemos 2 ratos que apareceram na nossa horta pedagógica, a solução que a Câmara Municipal está a apresentar é tentar acabar com a horta. Eu acho que é um direito de nós pedagogos ensinarmos às nossas crianças o que é uma horta o que é um espaço horta, acho que outras soluções para além de acabar com o espaço horta, tentar dinamiza-la de outra forma, acabar com os ratos para eles não virem para dentro da escola, mas não me parece que o caminho correto seja acabar com uma horta pedagógica numa escola, sendo um espaço que foi planeado para isso e foi desenhado para isso e que é tão importante fazê-lo com as nossas crianças.

Aproveitei este momento prestando todo o apoio, o meu filho anda na escola pressuponho que se se fizer a transição da melhor maneira, sendo com mais um ano no Alfeite sabendo que a escola não está em condições mas aparentemente tem capacidade para as crianças estarem lá e eles irem para uma escola com melhores condições no próximo ano, se calhar é uma decisão acertada, mas cabe a quem tem a informação na mão decidir-lo.

Em relação à escola onde trabalho, peço-vos quem tem poder de decidir e pôr as coisas a rolar, que ponha, porque eu estou a 8 anos a trabalhar com as crianças naquele espaço e tenho o visto a degradar-se cada vez mais e todos nós sabemos que a manutenção evita que a degradação seja tão grande. E a manutenção que é feita no espaço é parca e quando é feita não é feita da melhor maneira. Eu podia apontar aqui imensos pontos que não são feitos da maneira mais correta, mas não me cabe a mim fazê-lo. Apontei-vos os pontos mais fulcrais, mas tenham isso em consideração. Olhem para a Nº 1 do Feijó, que olhem para a Escola do Alfeite, que olhem para as escolas do nosso Concelho porque a base de uma sociedade segura é a educação, e não podemos negligenciar isso. Nós andamos a ensinar as nossas crianças e queremos ensina-las da melhor maneira num espaço seguro.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

R.

5.2.6 – O Senhor Município António Pratas:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu estive aqui em 2019, na altura perguntei à Senhora Presidente o que pensava fazer sobre a Herdade na Aroeira no futuro, e disse que estava a negociar com o promotor a resolução dos alvarás e do regulamento coisa que fez, está a acabar neste momento a Avenida do Mar, e por isso acho que cumpriu com aquilo que tinha dito na altura.

O que me traz hoje aqui é um bocadinho mais grave, eu há cerca de dois anos fui confrontado com uma alteração no Plano de Urbanização da Herdade da Aroeira, em que os moradores não tiveram conhecimento dos editais que previam a alteração da zona verde para nova construção. E a construção nova que se veio a aprovar pela Câmara Municipal é de mais 30 mil m² na Herdade da Aroeira. Altera completamente o Plano de Urbanização da Aroeira, mas foi aprovado pela Câmara, tudo bem.

A questão que se põe é que há uma redução significativa do espaço verde, há o fim dos campos de ténis e Pádel, não se sabe o que é que vai acontecer com a piscina que os municípios costumavam durante o verão lá ir, portanto, é uma alteração para os municípios do Concelho que não me parece o melhor.

Aquilo que me perturba ainda mais, é que parece que há novas áreas de construção, pedidas para a Herdade da Aroeira, que parece que está pedido inclusive de uma área que é a área do Club House. E eu por acaso conheço bem essa zona, fui indagar essa área e essa área estão sob proteção de um Decreto-Lei do Dr. Mário Soares, de 6 de maio de 1984, que é a constituição da área protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica. Ora, 2º este Decreto-Lei que aqui tenho, Decreto-Lei 168/84, não é permitido construir nesta zona da Paisagem Protegida, não sei se houve alguma alteração ao Decreto Lei não faço ideia, se calhar houve, não sei. Nas cartas do PDM da Câmara Municipal de Almada, não há alteração nenhuma porque eu tenho aqui a carta comigo.

A minha pergunta é: O Decreto-Lei do Dr. Mário Soares foi alterado? Há alguma alteração à legislação do Dr. Mário Soares de 1984, ou não há?

E já agora agradecia também que me pudesse documentar qual é a sua ideia relativamente às áreas verdes da Herdade porque o desequilíbrio naquilo que está previsto construir parece significativo.”

5.2.6 – O Senhor Município Nuno Pinheiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No cinquentenário da elevação de Almada a cidade foram atribuídas várias medalhas de mérito, na altura não houve oportunidade para que outras forças políticas, ou mesmo fora das forças políticas, houvesse propostas sobre isso, e penso que este ano que comemoramos o cinquentenário do 25 de Abril, teremos oportunidade e seria uma ocasião para homenagear personalidades que na altura não o foram.

Eu tenho aqui algumas propostas e as pessoas que eu aqui tenho são pessoas de grande relevância quer para Almada, quer a nível nacional, são pessoas da cultura da ciência, e nesse sentido propunha as Medalhas de Ouro. A primeira delas é Francisco Bronze, artista plástico, a quem foram atribuídas a medalha de bronze e a de prata.

Neste momento até estou a fazer o levantamento fotográfico da sua obra, é um trabalho gigantesco e eu penso que a exemplo do que aconteceu com outros artistas e temos alguns artistas plásticos que tiveram a Medalha de Ouro Cultural.

João Senticiro, Engenheiro, Professor Catedrático, Investigador, foi presidente da FCT e agraciado com o grau de Grande Ordem Oficial de Santiago da Espada em 1998. É uma pessoa que é natural de Almada e que nos anos 60, na sua juventude teve uma grande participação no Movimento Associativo em Almada.

Magda Pinheiro, Historiadora, Professora Catedrática, um dos nomes cimeiros da história portuguesa, atualmente catedrática do ISCTE.

José Eduardo Lopes (Zé da Cadela), rústico de inúmeras bandas, desde os anos 60; Carlos Guerreiro, rústico (Gaiteiros de Lisboa, entre outros).



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Creio que o ano passado houve a intenção de no atribuir medalhas a pessoas falecidas, é um critério, mas mesmo assim acho que é devida homenagem a algumas pessoas e poder-se-á encontrar outra forma, e uma delas é Óscar Mascarenhas, Jornalista;

Nuno Bernardo, principal impulsionador da Escola Profissional de Música de Almada que dedicou toda a sua vida (para mim é depois dos 12 anos, quando o conheci). António Júlio, artista plástico e autarca; Eurico da Fonseca, investigador; Pedro de Sousa, artista plástico, mas aparentemente há a ideia de dar o seu nome a uma Escola;

Eu amanhã vou dinamizar uma visita de estudo e penso que seria útil e interessante que a exposição viesse para Almada.”

5.2.1 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Galdes (CDU), Ana Margarida Lourenço (PS) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou tentar ser breve porque as questões foram muitas.

Relativamente ao Senhor António Martins e ao Senhor Júlia Ginja, relativamente à Quinta do Abílio. Eu penso que se trata de núcleo destacado, é uma área que vai ter alteração no PDM até relativamente aquilo que pode ser edificabilidade, sendo uma área urbana.

O Senhor Rocha falou das Augis, nós temos estado de facto, e agradeço as sua gentis palavras, mas nós temos estado a resolver muitas AUGI, mas os núcleos destacados é um bocadinho mais complicado ainda, é uma figura almadense do núcleo destacado, é uma figura que não está bem prevista em sitio nenhum é uma daquelas particularidades almadenses e que somos os primeiros a reconhecer que cria aqui grandes situações de incerteza.

Eu percebo o que dizem, não conseguimos de facto, chegar a todo o lado ao mesmo tempo, nós temos estado muito investidos na reabilitação daquela zona, estamos a terminar nomeadamente o projeto de reestruturação também da rua do Juncal, temos dois grandes equipamentos ali previstos e na esperança também depois de poder ir requalificando tudo à volta.

Relativamente às urgências também reconheço, o Senhor Vereador está aqui, devemos ir ver, não lhe consigo dar já agora, o que lhe digo é que não está esquecido, sabemos bem os problemas que têm, ainda bem que falam do saneamento, porque eu sou normalmente acusada de estar a difamar quando digo que Almada tem um deficit de saneamento básico infraestruturada absolutamente record para um Município da dimensão do passado e da centralidade de Almada, ainda bem que são as próprias pessoas que vêm reconhecer isso. Agora, a dimensão dos trabalhos é tão grande, a única coisa que posso dizer é que temos todo o gosto em falar convosco, em explicar um bocadinho o que está em cima da mesa, não lhe consigo dizer agora, quando é que conseguimos chegar até lá. Estamos a apostar nas vias estruturantes e depois naquela zona aqui como na Charneca de Caparica, ir estruturando e depois ir alargando o leque da reabilitação. Espero ter respondido.

Relativamente à Escola do Alfeite, eu acho que até tive a ocasião de falar consigo diretamente e outros pais e de explicar. Eu vou voltar a explicar e voltar a dizer exatamente a mesma questão.

Eu tenho muita dificuldade em perceber o que é muda se dissermos que afinal é só para 2026, se não for no início do ano escolar de 2024-2025, será para 2025-2026. Há uma garantia que eu posso dar e penso que vou dizer palavra por palavra e que já tive a ocasião de lhe dizer a si enquanto representante dos pais com os seus colegas. É obvio, que a Câmara Municipal nunca irá mudar crianças sobretudo tão pequeninas, mas mesmo que fossem mais velhas, para uma escola que não tenha todas as condições de segurança necessárias, estabelecidas por Lei, porque nem que nós fossemos uns malvados terríveis que não somos, nem uns inconscientes que não somos, a DGEST nunca iria permitir que nós tivéssemos a mudar crianças para uma escola que não tenha



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

8.

condições. Eu não sei quem é que vos anda a tentar convencer, que a Câmara Municipal quer tirar as crianças de onde estão para pôr numa escola em piores condições. Agora, uma coisa eu sei, é que a escola onde estão, não tem condições para terem os vossos filhos. E os senhores também sabem. E também sabem que temos estado a tentar há anos resolver este problema e foi-vos tudo explicado. E eu agora aqui não lhe consigo dizer onde é que está o projeto e quem é que foi contratado e tudo isso é muito legítimo, mas não me parece sequer sensato, estar a discutir com a Associação de Pais, um projeto de arquitetura que muito provavelmente tem que ser por concurso ou por consulta prévia. Não são os pais que escolhem o arquiteto para uma reabilitação. Agora, nós somos fiscalizados, pode não confiar em nós, por razões variadíssimas, lá terá as suas que eu não sei quais são, mas uma coisa sei, é impossível a Câmara Municipal estar a mudar crianças pequenas para um sítio que não tenha condições. Eu só não entendo é como que é foi possível ter as crianças onde estão neste momento. Que como sabe há toda uma parte da escola que está inclusivamente interdita. E foram os senhores que até me disseram que as crianças fogem e vão passear para a Base e até é preciso depois pôr a polícia militar à procura delas. Quem é que vos anda a dizer que é muito bom ficar lá mais um ano. Eu não vou dar ordem para os meus serviços pararem, as minhas indicações assim como da Senhora Vice-Presidente, é dizer: despachem a fazer a reabilitação, porque estou certa que irão para uma escola com muito mais condições do que aquela onde estão agora.

Tivemos inclusivamente a preocupação, aliás, a Conceição e Silva, as boas ideias devem ser recuperadas, pelos vistos já estava prevista desde 2016. Se me disser que os senhores estão atrasados, se calhar estamos e eu posso lhe explicar porquê. Porque, entretanto, houve muita pressão para ficar onde estão. Agora todos nós sabemos que aquela escola não tem condições. E a outra só poderão mudar quando tiver condições. Mas é óbvio, ninguém vai pôr crianças em escolas que não têm condições, mas mesmo a Conceição e Silva sem condições tem mais condições do que aquela onde estão. Mas não irão para aquela escola sem condições, é este o compromisso, já o disse em reunião de Câmara, já vos disse pessoalmente, e volto a repetir, se as obras não tiveram prontas, lamento, mas vão ter de ficar onde estão, se as obras, entretanto estiverem prontas, mudam. E também vos disse que é melhor mudarem numa altura de pausa escolar, todos nós temos consciência disso. Nem nunca houve qualquer ato de inconsciência, quem vos vier incitar a dizer que nós somos uns inconscientes, prove, normalmente é preciso provar que nós somos inconscientes, terão alguma dificuldade.

Relativamente à Herdade da Aroeira, o Senhor António Pratas. A área protegida mantém-se, não sei se era o Decreto do Dr. Mário Soares, de facto uma das figuras mais brilhantes da nossa democracia, que até fez um Decreto-Lei para áreas protegidas em boa hora, ele está quase sempre na origem de tudo o que foi bem feito neste país. Não mudou, tanto quanto sei o loteamento não mexe na área protegida, se me perguntar como é que foi possível fazer a Herdade da Aroeira, na altura eu prefiro não fazer essa pergunta, não sei, é espantoso. Estou muito preocupada com as áreas verdes, tenho aliás, insistido, preocupa-me muito o abate de muitas árvores que estão a ser feitas na Herdade, e temos remetido para o ICNF e que nos diz que basta ser comunicado, temos muitas dúvidas sobre essa mera comunicação, mas quero dar uma nota porque essa questão já foi vista e foi vista com a Associação de Moradores na altura. A Câmara Municipal está absolutamente disponível para reunir com a Associação de Moradores e falar e mostrar o que está a ser o loteamento que foi pedido legitimamente e o que foi ou não foi aprovado, porque como deve imaginar aqui também a Câmara Municipal não pode aprovar algo que viola a Lei. No passado não o direi, hoje em dia não o faz.

Quero só deixar aqui essa certeza, terei todo o gosto já disse, já me disponibilizei, estamos todos disponíveis para esclarecermos todas as dúvidas que tenham sobre essa matéria. E também já comunicamos isso à Associação de Moradores para poderem combinar.

Meu caro Nuno Pinheiro, eu já marquei os nomes todos que propôs, acho ótimo, mas tenho que o corrigir. Não é verdade que as outras forças políticas não foram contactadas para os 50 Anos, de tal maneira foram, foi enviada a lista, foram pedidos contributos, foram pedidas avaliações, portanto, mais uma vez a informação que lhe chegou não é propriamente correta. Mais, na altura o que dissemos é que, havendo esta comemoração muito política, a altura do 25 de Abril é o momento exato para olharmos para a questão dos resistentes, mas não precisa de ser só. Quero lhe dizer mais, não só já foram pedidas sugestões aos vários partidos, logo na altura dissemos para nos enviarem sugestões para os 50 anos, que eu saiba ainda não recebemos nenhuma, mas as



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

suas já cá tenho e agradeço, como há uma questão muito importante que também acho que já está em consulta pública, que é o novo regulamento de toponímia, onde queremos justamente, não só estabelecer as regras para que as pessoas possam propor atribuição de nomes de rua e criar uma comissão com serviços internos e externos, e convocar a sociedade almadense e os académicos almadenses, para terem também uma palavra a dizer naquilo que é a atribuição de nomes, de ruas, praças, praças, praças.

Mas queria lhe dar essa notícia que é, achamos que a identificação do nosso território deve ser um processo participado onde a sociedade civil deve participar.”

5.2.1.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para duas notas muito breves.

Nós ouvimos aqui dois pais da Escola do Alfeite, ouvimos também a Senhora Presidente da Câmara Municipal e aquilo que gostaríamos de facto, de ouvir aqui é, quais as medidas que no concreto vão ser tomadas nestes meses que separam o final deste ano letivo do início do ano letivo que vem, no sentido de garantir as tais condições de segurança em absoluto na Escola Comandante Conceição e Silva, de modo a que possa ser efetuada a transferência dos meninos e das meninas da Escola do Alfeite para a Conceição e Silva.

A segunda nota é a seguinte: nós ouvimos sempre com muita atenção e até com algum divertimento, as intervenções do Senhor Município João Rocha nesta Assembleia Municipal. Ficamos sempre sem saber se ele fala aqui na qualidade de município ou se fala aqui na qualidade de eleito e de membro do executivo da Junta da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, mas isso é pouco importante. O que é importante é que, eu pessoalmente, acompanhei desde 2001 até 2017 e acompanho ainda hoje, mas com outras funções nesse período, as reuniões da Câmara Municipal de Almada. Tinha essa função e acompanhei. Não me lembro de uma única ocasião em que o Senhor João Rocha ou outro qualquer representante das AUGI deste Concelho, tivessem sido expulsos da reunião de Câmara, fosse porque razão fosse. Não me lembro de uma única situação dessas. Portanto, é apenas porque isto precisa de ficar registado, porque a intervenção do Senhor João Rocha ficou registada, portanto, é preciso que se saiba que o que o Senhor João Rocha aqui disse, não corresponde minimamente à realidade dos factos.”

5.2.1.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal João Gerales, ainda bem que relembra que executou funções no Município em 2001 a 2017. Portanto, eu imagino que sabe exatamente, que as garantias que podemos dar é lançar uma empreitada para uma reabilitação da escola. Portanto, mais do que isso naturalmente, não podemos dar. Não está à espera que eu seja nem engenheira nem arquiteta. Portanto, como Senhor Deputado sabe bem, eu penso que essa pergunta é obvio que é uma pergunta feita não é na melhor fé do mundo. Ainda bem que relembra que trabalhou 16 anos no Município e que tem responsabilidades inclusivamente, pelo estado em que esta e outras escolas chegaram.”

5.2.1.4 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero esclarecer também o Senhor Deputado Municipal João Gerales que eu acho que é claro para toda gente qual é que é a qualidade em que o Senhor Município João Rocha foi falar. Se ele foi falar no período de intervenção dos cidadãos, acho que não há dúvida em relação a isso. Quando ele está a representar a Junta da Freguesia não faz esse tipo de intervenções. Acho que todos nós somos muitas coisas, desempenhamos muitos papéis e o Senhor João Rocha não é certamente o único que desempenha mais do que um papel nesta Assembleia Municipal.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2

6.1 - Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.1.1- Pelo Falecimento de Alexey Navalny apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Carlos Antunes (PSD);

6.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal João Carlos Antunes (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No passado dia 16 de fevereiro, entidades oficiais da Rússia comunicaram o falecimento de Alexey Navalny. O óbito foi declarado num estabelecimento prisional na Sibéria, onde o conhecido ativista, de 47 anos, se encontrava a cumprir pena de prisão.

Alexey Navalny era um ativista pela democracia e a mais relevante figura da oposição na Rússia. Dedicou-se nos últimos anos à denúncia de abusos de poder, fraudes eleitorais e corrupção, através da fundação por ele criada em 2011.

Durante muitos anos, e agora para sempre, Navalny representou a coragem de lutar pela liberdade e pela democracia. Lutar, ainda que isso significasse perigo.

Navalny nunca desistiu do seu país:

- Quando proibido de se candidatar à presidência, apoiou outras candidaturas de oposição;
- Quando envenenado pelos serviços secretos russos, lutou pela sua vida, sobreviveu e regressou à Rússia, mesmo sabendo que iria ser preso.
- Quando muitos desistem, por medo, conscientes de que a vida é o preço a pagar quando se enfrentam ditadores, Navalny e a sua família assumiram esse custo, em nome da liberdade de pensamento e de expressão de milhões de outros russos.

Num tempo em que muitos desistem de lutar e que se rendem às fantasias dos extremismos, lembrar Alexey Navalny é não esquecer os muitos que em todos os lados e todos os tempos dão a vida pela democracia.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 22 de fevereiro de 2024, delibera:

- Aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento de Alexey Navalny
- Enviar o presente voto à enlutada família e à Fundação Anticorrupção, por si criada”

6.1.2 – Pelo Falecimento de Abraúl Gomes Augusto apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU);

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputadas/os Municipais;

Partiu um Homem bom.

Faleceu no passado dia 18 de janeiro, Abraúl Gomes Augusto.

Mais do que uma partida e uma despedida, a morte do Abraúl é sobretudo uma forma de melhor compreendermos a importância de uma vida inteiramente vivida, plena de integridade e profundamente ancorada na fraternidade.

Assim foi a vida do Avô, Pai, Marido, Camarada, Operário, Desportista, Associativista e Autarca, Abraúl Gomes Augusto.

Uma vida, plena de atividade e de empenhamento, durante a qual o Abraúl deu sempre prioridade à defesa dos mais desprotegidos, à fraternidade na ação e à solidariedade ativa e interventiva, pautando-se invariavelmente pela honestidade, pela integridade, e pela seriedade.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Como autarca, foi o primeiro Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, eleito nas primeiras eleições após a criação da Freguesia em outubro de 1985, integrando as listas da Aliança Povo Unido (APU) em representação do seu partido de sempre, o Partido Comunista Português. Antes tinha sido Presidente da Junta de Freguesia da Caparica, de onde nasceu a Freguesia da Charneca de Caparica.

Foi depois eleito em vários mandatos na Assembleia de Freguesia da Charneca de Caparica, integrando sempre as listas da Coligação Democrática Unitária (CDU), que sucedeu à APU, mesmo em posições “não elegíveis”, oferecendo um inestimável contributo, exemplo e estímulo à participação cívica ativa dos cidadãos na causa pública.

Em tempo de grandes dificuldades financeiras nas autarquias locais, foi impulsionador do desenvolvimento de uma aldeia que veio depois a ser vila. Quantas vezes o vimos de enxada em punho, o Presidente de Junta de Freguesia, lado a lado com os trabalhadores, a contribuir para melhorar as condições de vida de todos os Charnequenses.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere expressar junto de toda a família do Abraúl Gomes Augusto, dos seus muitos e muitos amigos, da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da Charneca de Caparica, da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da Caparica, do Movimento Associativo Popular de Almada, e do Partido Comunista Português, os mais profundos pésames e a mais veemente solidariedade e amizade, no momento de perda e dor que a partida do Abraúl do nosso convívio quotidiano necessariamente representa, afirmando bem alto, Honra e Glória ao empenhamento, à seriedade e à dignidade humana e política que o Abraúl nos deixa a todos como testamento.”

6.1.3 – Pelo Falecimento de Manuel Sabrosa apresentado pela Senhora Deputada Municipal Maria Assis Almeida (PS);

6.1.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Assis Almeida (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Faleceu no passado dia 8 de fevereiro, aos 93 anos, Manuel José Sabrosa, militante do Partido Socialista e reconhecido cidadão da localidade do Porto Brandão.

Manuel José Sabrosa tornou-se militante do Partido Socialista em 21 de abril de 1986, na secção do Monte de Caparica, onde desde cedo dedicou a sua militância e sua ação cívica na defesa do território da Freguesia, em especial do Porto Brandão e das suas gentes.

Foi um grande impulsionador e dinamizador da secção do Partido Socialista do Monte Caparica, tendo exercido vários mandatos como autarca eleito na Assembleia de Freguesia da Caparica, onde todos o reconheciam como uma pessoa de grande elevação.

Residente no Porto Brandão, era uma figura de referência nesta localidade, tendo sido sócio ativo da Sociedade Recreativa do Porto Brandão, entretanto extinta, como de outras coletividades do concelho, nomeadamente da SFUAP- Sociedade Filarmónica União Artística Piedense.

Foi um marido, pai e avô extremoso. Sempre incentivou os mais jovens a participarem ativamente na sociedade, na defesa da igualdade de oportunidades para todos.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2024, expressa o seu mais profundo pesar pela morte de Manuel Sabrosa, transmitindo à sua família e amigos, as mais sentidas condolências.”

6.1.4 – Pelo Falecimento de Caetano Rolo apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Daniel Teixeira (PS);

6.1.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Teixeira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2

No passado dia 15 de fevereiro de 2024, Almada acordou mais pobre, com o desaparecimento físico de Caetano da Conceição Rolo.

Natural de Marvão, nasceu no dia 20 de janeiro de 1949 e foi a título profissional Técnico de Desenho.

Mas foi em Almada, na vida cívica e na atividade política em concreto, que desenhou alguns dos traços mais marcantes da sua ação e da sua dedicação, como autarca, como militante do Partido Socialista e como um combatente acérrimo dos valores da Liberdade, da Igualdade e da Social-Democracia.

Foi sócio e membro dos órgãos sociais do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro.

Foi autarca, eleito pelo Partido Socialista, como Deputado Municipal nas primeiras eleições democráticas, na Assembleia Municipal de Almada, e no mesmo órgão, posteriormente em outros dois mandatos, entre os anos de 2002 e 2009.

Foi, igualmente, autarca como Membro de Assembleias de Freguesias, na Assembleia de Freguesia da Cova da Piedade e na Assembleia de Freguesia do Laranjeiro, tendo também sido, diversas vezes, candidato a Presidente da Junta de Freguesia do Laranjeiro.

Como militante do Partido Socialista deixou uma marca memorável, sempre na luta contra os radicalismos e na procura de fortalecer a presença do PS na sociedade civil, tendo sido um dos militantes históricos da secção do Partido Socialista do Laranjeiro e Feijó e por diversas vezes membro do Secretariado e como Secretário-Coordenador.

Neste momento de pesar, o Partido Socialista na Assembleia Municipal de Almada transmite à sua família, aos seus amigos, ao Partido Socialista do Laranjeiro e Feijó, e a todos os que tiveram a honra de lhe ser próximos, as suas mais profundas condolências."

6.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Galdes (CDU), Pedro Amorim Matias (PS), Luís Filipe Palma (CDU),

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao texto do voto de pesar apresentado pelo PSD, assistimos aqui a um lamentável exercício de hipocrisia política com o qual a CDU não pactuará.

A CDU entende, que a anunciada morte da Alexey Navalny e as dúvidas que este facto não pode deixar de suscitar, exigem o cabal esclarecimento das circunstâncias em que ocorreu com o correspondente apuramento das responsabilidades.

Para a CDU os direitos e garantias de cada cidadão, devem sempre ser assegurados incluindo os cidadãos que se encontram detidos.

Posto isto, a CDU não se revê minimamente no texto apresentado pelo PSD a esta Assembleia Municipal, um texto que pode entender-se como expressão de pura propaganda política em tempos eleitorais, que não hesita em servir-se da sempre lamentável morte de um ser humano, para procurar retirar dividendos políticos e eleitorais desse facto, note-se, que em ponto algum do texto que se expressam sentimentos ou condolências pelo falecimento do cidadãos russo, pelo que em consequência votara contra este texto do PSD."

6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Amorim Matias (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao voto de pesar do Senhor Abraúl Augusto, gostaria de subscrever o voto de pesar. Dar também as condolências a toda a família. A filha é funcionária da Junta de Freguesia e dizer que o executivo da Junta de Freguesia vai fazer uma homenagem a Abraúl como Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, no qual vamos atribuir uma pequena placa na maior sala de reuniões ao Senhor Abraúl Gomes Augusto.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Dizer também que, relativamente ao voto de pesar e aqui a título pessoal apresentado pelo PSD, acho que é muito importante terem trazido aqui esse voto de pesar, só discordaria que no título, em vez de falecimento, deveriam pôr assassinato.”

6.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para nos associarmos ao voto de pesar pelo falecimento de Caetano Rolo. Pessoa que conheci, não gosto neste momentos de pessoalizar muito estas matérias, mas naturalmente que não posso deixar de referir que quer ele, quer o Deputado Municipal Vasco Gonçalves, fomos eleitos na Assembleia de Freguesia com o Caetano Rolo, em forças políticas naturalmente diferentes, mas sempre com uma capacidade de diálogo que acabou por nos influenciar em todo o nosso processo político e no convívio com todas as forças políticas e a diferença. Aliás, olho para a Mesa e não posso deixar de referir a Ana Paula Silva, que também fazia parte desses eleitos, e tal como ainda hoje vivo o Ludovico Costa, mas infelizmente, já sem o Caetano Rolo e sem o eleito Delíê. Portanto, o nosso sentido de voto em associação a este momento de dor ao Partido Socialista.”

6.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.3.1 – O Voto de Pesar pelo Falecimento de Alexey Navalny foi aprovado por maioria com 27 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e 11 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.

6.3.2 – O Voto de Pesar por Falecimento de Abraúl Gomes Augusto foi aprovado por unanimidade.

6.3.3 – O Voto de Pesar por Falecimento de Manuel Sabrosa foi aprovado por unanimidade.

6.3.4 – O Voto de Pesar por Falecimento de Caetano Rolo foi aprovado por unanimidade.

6.5 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

6.6 – Para apresentar uma declaração política usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU).

6.6.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foi recentemente tornado público através de uma nota de imprensa emitida pelo STAL, Sindicato que os representa, que um grupo significativo de trabalhadores da Câmara Municipal de Almada, estão a ser confrontados com a decisão de lhes ser retirada uma parte substancial do vencimento mensal, que vêm auferindo como remuneração e que lhes é devida pelo serviço público que prestam.

É o caso de mais de 40 trabalhadores, originariamente colocados em tarefas ligadas à importante função de higiene urbana, por razões de alteração do seu estado de saúde, fruto de doença profissional ou acidente de trabalho ao serviço da autarquia, devidamente comprovados pela competente avaliação médica, ficarem impedidos de exercer as funções de origem e foram colocados noutras funções naquilo que vulgarmente designamos como trabalhos melhorados.

A Lei aplicável, é muito clara sobre esta matéria. Diz o Decreto-Lei nº 503/99, no seu artigo 23º, alíneas 3) e 4), que os trabalhadores que exerçam atividades das quais decorra o direito ao vencimento e um subsídio de turno, e é de um direito efetivo que falamos, e se sejam impedidos de manter o exercício dessas funções por razões de doença profissional ou acidente de trabalho, e sejam colocados no exercício de outras funções após competente declaração de inaptidão médica, não podem por essa razão dever lhes ser retirado qualquer parcela da remuneração ou regalia, que por direito auferiam nas funções de origem.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mais claro do que esta determinação da Lei que naturalmente se sobrepõe a qualquer parecer jurídico sobre a matéria possa ser encomendado a quem quer que seja, não podemos ser.

A decisão tomada pela Câmara Municipal de Almada, de retirar o direito ao recebimento de subsídio de turno a mais de 40 trabalhadores da Autarquia, que se encontram na situação de trabalhos melhorados, em consequência de acidentes de trabalho ou de doença profissional, adquirida ao serviço do Município, é uma decisão política profundamente reprovável, que ignora quaisquer princípios de natureza ética e humana e que traduz um manifesto menosprezo pela vida dos trabalhadores para além de penalizados pela situação pessoal que sofreram, quando prestavam serviço público à Autarquia, vendo-se pessoalmente desvalorizados por essa razão, ainda são espoliados de um direito que é seu, por uma decisão política que não pode ser lida se não como um ataque desmesurado e deliberado ao bem estar e à qualidade da vida destes trabalhadores e necessariamente das suas famílias.

Com esta decisão a Câmara Municipal de Almada, esta maioria que governa há quase 7 anos os destinos do Município, revela de novo, a mais conflagradora insensibilidade social, confirmando a total falta de disponibilidade para respeitar os mais elementares direitos dos trabalhadores, pelo contrário, espezinhando à primeira oportunidade esses direitos.

Depois de retirar direitos adquiridos ao longo de muitos anos de luta dos trabalhadores, desmantelando o serviço de saúde ocupacional, dificultando o acesso ao equipamento de infância da autarquia dos filhos dos trabalhadores, regalia conquistada, e bom que se recorde, pela luta e iniciativa dos próprios trabalhadores há mais de 5 décadas, rejeitando a aplicação de opção gestionária, que permitiria uma progressão mais rápida dos trabalhadores nas respetivas carreiras, ou não atribuindo como devia, o suplemento de penosidade insalubridade, na máxima extensão prevista na Lei a todos os trabalhadores que a ela inegavelmente têm direito, a maioria que governa o Município decide agora retirar parte do vencimento a 4 dezenas de trabalhadores, numa atitude sem precedentes que se traduz numa redução de mais de duzentos euros a cada um destes trabalhadores, sem que se perceba a razão pela qual esta decisão foi tomada.

Não é possível entender porque razão a maioria decidiu agora avançar com esta medida, alguns destes trabalhadores estão nesta situação há mais de 20 anos e são de repente friamente, sem qualquer aviso prévio nem explicação, para mais num contexto de enormes dificuldades que todos vivemos atualmente, confrontados com uma brutal redução do seu vencimento.

Não se faz, não é justo. Não é próprio de quem tem de ser e tem de atuar permanentemente como pessoa de bem e revela uma inquestionável incapacidade de gestão de acordo com os princípios mais elementares de qualidade de um serviço público que deve assegurar.

A CDU não pode deixar de qualificar esta decisão do executivo maioritário do PS na Câmara Municipal de Almada, como profundamente desumana, pura cegueira política que prejudica fortemente os trabalhadores e o serviço público e daqui dirigir a mais viva solidariedade para com todos os trabalhadores injustamente visados por esta medida arbitrária, e uma forte saudação à disponibilidade que estes trabalhadores já demonstraram a desenvolver e prosseguir a luta em defesa dos seus justos interesses e direitos."

6.6.1 – Usaram ainda da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira a/o Senhor/a Deputado/a Municipal Maria Rita Magalhães e Joaquim Miguel Judas.

6.6.1.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer que a razão é porque era ilegal. Os trabalhadores exerciam uma função, essa função dava direito a uma remuneração base e a um subsídio de turno, tal e qual como agora, além de subsídio de turno dá direito a um subsídio de penosidade, num momento em que são impedidos e deixam de poder exercer essa função, não têm direito ao subsídio de turno ou a qualquer outro. Aliás, como não têm os próprios que estão a desempenhar a função, quando faltam ou estão em casa por doença também não recebem o subsídio de turno. Se tiverem em



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

casa e não venham trabalhar seja por que motivo for, não recebem subsídio de almoço. Tudo o que é subsídio só é pago pelo exercício efetivo de funções.

E eu quero aqui clarificar para quem nos está a ouvir porque eu penso que quem fez as afirmações que fez não quer ouvir e não vale a pena. Mas para quem está bem-intencionado e quer ouvir, eu queria só explicar o seguinte: quando detetamos esta situação, e não foi agora, já foi há uns tempos, eu percorri todos os caminhos para perceber, sei o que isto significa para quem estava habituado a ter essa remuneração o que significaria. Percorri todos os caminhos para poder perceber até ter por escrito, para além de eu saber Interpretar a Lei, ter por escrito que não é legal e mais, que os trabalhadores em qualquer momento poderiam ser obrigados a repor todos os subsídios que receberam desde que não estivessem a exercer a função. E isto foi ainda o que me levou no momento X, a dizer que, se não é legal e se ainda por cima se corre este risco, é neste momento. Não foi sem aviso, os trabalhadores foram todos chamados, foi-lhes explicado a todos, e foi-lhes dito mais, que se eventualmente, houvesse uma função de turno onde eles estivessem disponíveis e houvesse lugar, como já estive em diálogo com alguns trabalhadores, eles pudessem retornar, voltariam e continuariam a ter o subsídio de turno. E desafiei quem comigo esteve alguma conversa neste sentido, que me apresentasse um parecer jurídico a dizer que aquilo que eu fiz é ilegal, é cegueira política ou é outra coisa qualquer. E, portanto, não é a lerem-me um conjunto de declarações e um conjunto de citações de Leis soltas que algumas já nem sequer são exatamente como está a ser dito, e tendo a Lei que está em vigor clara, eu desafio que me apresentem um parecer jurídico que contrarie aquilo que a Lei diz e que é o parecer jurídico que eu tenho.

Portanto, primeira questão, é uma situação que existia que não devia existir, que demoramos tempo a tomar esta decisão por saber e não é por cegueira política ou insensibilidade, mas demoramos tempo para perceber todas as condicionantes do problema, quando o fizemos, fizemos preocupados connosco e com os trabalhadores que poderiam inclusivamente ter que repor essa quantia, e os trabalhadores foram todos avisados com tempo, conversado, falado e inclusivamente, aberta a possibilidade que ainda está a decorrer, de poderem retornar a funções que tem turno e lhes garantem receber esse subsídio.”

6.6.1.2 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Vereador volte a repetir quem estiver em casa pode procurar a Lei 503/99, artigo 23º, reentregam profissional, pontos 3 e 4. É claro.”

6.6.1.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É óbvio que ainda por cima estamos a falar de função pública, nem este executivo nem outro executivo, pode andar a reduzir remunerações por decisão ou malvadez. Agora eu quero deixar aqui muito claro. Quem fica mais desprotegido ao estar a receber um subsídio ao qual não tem direito, são os próprios trabalhadores. E isto já aconteceu.

Portanto, neste momento a partir deste momento, a CDU é boa que saiba. Que se houver alguma fiscalização e vier pôr em causa subsídios de turno, como dizem recebidos há 20 anos indevidamente, eu espero que todos os Senhores Deputados da CDU se ofereçam para pagar aos trabalhadores o dinheiro que terão de devolver.”

6.6.1.4 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como isto é a minha área profissional e durante muitos anos trabalhei com a Associação Nacional dos Sinistrados do Trabalho, tenho de dizer aqui alguma coisa e não vou dizer muito. Porque o princípio de direito de trabalho, é que em caso de lesão ou dano ao trabalhador por acidente ou doença profissional, não pode haver perda de capacidade de ganho. Dê-se a volta que se der, aquilo que o trabalhador ganhava na altura em que ocorreu o acidente, ou que ocorreu a doença profissional, e se daí resultar uma limitação para sua capacidade de ganho, essa capacidade tem que ser reparada. Ele não pode perder capacidade de ganho. Esse é o princípio geral e é



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

8

isso que a jurisprudência tem afirmado em todas as situações. Portanto, naturalmente, terá que haver pareceres jurídicos, mas estamos perfeitamente à vontade em relação a isto.”

6.6.1.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu agradeço a intervenção do Senhor Deputado Joaquim Judas, só lamento tendo sido ele Presidente da Câmara Municipal de Almada, e tendo sido confrontado com essa situação que não tenha deixado justamente esta situação devidamente resolvida e clarificada, quando teve poder para isso.”

6.6.1.6 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A situação só foi levantada agora. Antes não existia. Portanto, tudo correu até agora como tinha de correr, os trabalhadores não tiveram perda de capacidade de ganho, mantiveram a sua capacidade de ganho, sofreram um acidente que aliás, convém já agora referir, é da responsabilidade da entidade empregadora, garantir as condições de segurança e de higiene no trabalho. Portanto, ao criar-se este tipo de Lei, naturalmente também se obriga a entidade empregadora, a prevenir os acidentes e as doenças profissionais. Portanto, aquilo que poderia resultar traduzindo isto no Plano Nacional, para que sendo os trabalhadores vítimas de uma incúria da entidade empregadora, quando lhe ocorre um acidente ou doença, depois ainda vir o trabalhador a ser prejudicado porque deixa de poder desempenhar aquela função e passa a desempenhar outra onde o seu salário fica reduzido. Não pode ser.

Portanto, estamos à vontade, o problema só se levantou agora. Mas volto a dizer, é um assunto que deve ser tratado no plano jurídico e com certeza estamos à vontade em relação a isso.”

6.6.1.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tenho todo o gosto em fazer chegar ao Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas o parecer jurídico da entidade que tem que dar apoio sobre isso que é a CCDR como sabe. Portanto, infelizmente a DGAL não dá pareceres, mas se tiver qualquer outra hipótese, outra entidade que queira que a gente vá pedir parecer jurídico, como disse a Senhora Vereadora estamos totalmente disponíveis. Até porque ao contrário do que também foi aqui afirmado, isto não foi de um momento para o outro, isto não foi de repente e tanto trabalhadores como entidades representativas dos trabalhadores, sabiam que havia esta dúvida em cima da mesa. Sabiam hoje, sabiam há um ano, como sabiam há vários anos. Portanto, Senhor Deputado, peço desculpa, a questão já se colocava na altura.”

6.7 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.7.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN), para apresentar uma Recomendação “Tornar as escolas de Almada mais sustentáveis”;

6.7.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nos últimos anos, devido ao agravamento das alterações climáticas, temos testemunhado o desenvolvimento de novas e interessantes abordagens educacionais relacionadas com a preocupação crescente sobre o tema da sustentabilidade. Escolas “verdes”, escolas ambientais, escolas sustentáveis, escolas que trazem o conceito da sustentabilidade para o centro da educação e que mais do que ensinar através da transmissão de informação, são exemplos vivos da transformação, onde professores e alunos praticam o conceito da sustentabilidade no dia-a-dia escolar.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O conceito de “Escola Sustentável” tem sido desenvolvido em diferentes países, incorporando práticas voltadas para a preservação ambiental e para a promoção de um estilo de vida mais sustentável. O conceito de “cuidado” está no centro da educação: cuidado por nós, pelos outros e pelo ambiente, pela energia e água consumida, pelo lixo produzido, pela comida que é servida, pelo tráfego automóvel que a escola atrai.

Algumas características-chave dessas escolas incluem:

1 - Aspectos materiais da escola que reduzem o seu impacto ambiental

a - Painéis solares, luz e ventilação naturais, redução do consumo de água e energia, reciclagem, compostagem, hortas, árvores e flores para a biodiversidade, comedouros para pássaros, cuidar de animais, estacionamento para bicicletas, classe ao ar-livre, etc.

2 - Aspectos curriculares que transmitem o conhecimento e as aptidões necessárias aos alunos acerca do desenvolvimento sustentável

a - Aulas sobre energia renovável, consumo, bem-estar animal, proteção ambiental, visitas a quintas e jardins, semanas temáticas (direitos humanos, lixo-zero, segunda-feira sem carne, dia sem carro, dia da bicicleta etc.), campanha de caminhadas, clubes de jardinagem, energia, reciclagem, projetos de arte sustentável, oficina de “upcycling” de roupas que transforma roupas antigas em peças de moda únicas, reciclagem artística de aparelhos eletrônicos, etc.

3 - Aspectos sociais que desenvolvem valores cívicos e comunitários

a - Voluntariado em associações locais, angariação de fundos para projetos sociais, participação em projetos na comunidade como apanhar lixo, ajudar na manutenção de espaços verdes, abrir a escola à comunidade, cursos para adultos, vendas solidárias, etc.

Mais do que abordar a temática da sustentabilidade nas salas de aula ou em atividades esporádicas, estes projetos trazem a sustentabilidade para o centro das atenções, procurando que toda a comunidade escolar e a comunidade envolvente sejam agentes de mudança para uma sociedade mais justa e mais ecologicamente consciente.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2024, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1 - Melhorar a eficiência energética fazendo uso de energias renováveis e promover a redução do consumo de água, quando existam obras nos edifícios escolares da responsabilidade do município;

2 - Melhorar o exterior das escolas através da plantação de hortas, jardins, espaços para a biodiversidade, hortas pedagógicas;

3 - Apoiar as escolas na promoção curricular da sustentabilidade através de ações de formação e disponibilização de equipamentos ou recursos municipais;

4 - Promover em conjunto com as escolas ações e eventos de voluntariado social e ambiental em instituições locais.”

6.7.2 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE), para apresentar uma Moção sobre “A importância do 8 de Março e o voto nos direitos das Mulheres”;

6.7.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foi com o 25 de Abril que em Portugal a data do 8 de Março começou a ganhar notoriedade e importância. As mulheres foram das primeiras a mobilizar-se para alcançar direitos básicos – à habitação, a um salário digno e ao trabalho com direitos, à maternidade, às creches para os filhos – embora durante muitos anos as reivindicações mais especificamente de igualdade entre mulheres e homens, ou as reivindicações por uma



sociedade sem discriminações e sem violência tivessem sido relegadas para um segundo plano. Mas, ao longo dos anos, fruto do papel das organizações de direitos das mulheres, foram sendo colocadas na agenda política novas causas como a paridade, o direito à interrupção voluntária da gravidez, o reconhecimento da violência doméstica como crime público ou a desocultação do assédio sexual e moral, uma forma generalizada de violência e de discriminação baseada no género.

A sociedade portuguesa evoluiu na consciencialização de que os direitos das mulheres são direitos humanos e de que, o exercício desses direitos é parte integrante do progresso da humanidade. Foi o esforço coletivo das organizações que permitiu esses avanços, com a certeza de que muito há a conquistar e que nada está adquirido definitivamente.

50 anos depois de Abril, o conservadorismo aparece de forma clara com propostas que atacam as políticas públicas para a igualdade de género, considerando-as um luxo e um sorvedouro de dinheiro, rejeitando o combate à violência contra as mulheres, confinando as mulheres a uma posição subalterna, retrato de um país de antes do 25 de Abril. As mulheres e homens progressistas dizem NÃO a estas vozes do passado, aspiram ao progresso e rejeitam este conservadorismo bafiento.

Em vésperas de mais um 8 de Março e de umas eleições de grande importância, mais uma vez a mobilização de toda a sociedade e das mulheres, em particular, tal como aconteceu há 50 anos, é decisiva: mobilização na rua, mobilização para o voto, atenção às propostas dos partidos relativamente a questões como o direito à habitação, o combate à violência doméstica, para uma escolha informada.

Face ao exposto, o grupo municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2024 delibere:

- 1 - Assinalar a importância da comemoração do Dia Internacional da Mulher, como decisiva no progresso da humanidade, no respeito pela igualdade e contra a discriminação de género.
- 2 - Apelar à participação nas iniciativas em torno do 8 de Março, nomeadamente as marchas feministas em Lisboa e noutras cidades do País, saudando todas as organizações e movimentos sociais que no dia 8 de Março expressam a sua decisão de continuarem a lutar pela Igualdade e não discriminação de género.
- 3 - Apelar a uma grande participação no voto no próximo dia 10 de Março, em partidos que respeitam a igualdade, os direitos e a não discriminação de género.”

6.7.3 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE) para apresentar um Voto de Saudação sobre “Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina”;

6.7.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A dia 6 de fevereiro assinala-se, anualmente, o Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina. A data foi instituída pela ONU, a 20 de dezembro de 2012, de modo a combater esta erradicar a prática, que prejudica a saúde física e psicológica de milhares de mulheres e meninas em todo o mundo.

As mulheres e as crianças são os grupos da população mais sujeitos à violência sexual. A prática da mutilação genital feminina (MGF) é uma violação dos Direitos Humanos, mais especificamente, dos Direitos das Mulheres e dos Direitos das Crianças.

Esta prática nefasta é uma forma de limitar e prejudicar a saúde e bem-estar das mulheres e crianças, sendo as suas consequências sentidas para o resto da vida. Na maioria dos casos, a prática de MGF é feita durante a infância. Desde 2015, que o código penal prevê a criminalização desta prática, estando enquadrado como crime público, é preciso combater todas as formas de violência contra as mulheres.

Vários países têm desenvolvido um Plano de Ação para a erradicação da prática, com múltiplos agentes envolvidos - comunidades, municípios, decisores políticos, ONG’s e profissionais de saúde.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É responsabilidade do município, intervir e garantir o bem-estar da população que reside em Almada e de estruturar essa intervenção de forma integrada e através de instrumentos como os Planos Municipais. É necessário mais investimento nesta matéria - mais sensibilização e alargamento à escala de alcance desses materiais, nomeadamente em contexto escolar.

Assim, o grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia

Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2024, delibere:

1 - Saudar o Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina

2 - Reafirmar o compromisso do município em promover e implementar medidas políticas que pugne pelos direitos das meninas e mulheres, para a erradicação de todas as formas de violência, em particular as formas de violência baseada no género, como a MGF;

3 - Saudar o trabalho e o contributo das associações e das pessoas lutam por uma resposta robusta e efetiva para eliminação da MGF, seja a nível nacional ou internacional.”

6.7.4 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU), para apresentar uma Moção/Deliberação sobre o “Dia Internacional da Mulher – O dia histórico de luta pela igualdade e pela emancipação das Mulheres”;

6.7.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Dia Internacional da Mulher representa, hoje, e enquanto a igualdade de direitos não for uma realidade no quotidiano de cada Mulher, um importante dia de Luta e força às reivindicações de igualdade de direitos, de progresso social e de Paz – pelo FIM das violências e violações; das humilhações e explorações; dos conflitos armados, das Guerras, seja em Portugal como em todo o Mundo.

O significado e a relevância da celebração do Dia Internacional da passa pela luta das mulheres de todo o mundo, em defesa dos seus direitos, por uma vida melhor, digna, justa e feliz, tem de fazer-se através da eliminação das flagrantes desigualdades sociais e individuais que persistem, a par da luta mais geral, lado a lado, de mulheres e homens.

Os direitos conquistam-se, mas nunca estão garantidos e é preciso defendê-los!

E se no passado...

Mulheres foram presas políticas; somente podiam viajar com autorização masculina; somente poderiam votar se... fossem viúvas, se soubessem ler e escrever e se fossem de classe socioeconómica favorecida...

Foi com a Luta que se conquistou o Direito Individual ao Voto – a eleger e ser eleita! – a diminuição das discriminações das Mulheres no Trabalho; a implementação do parto psico-profilático; denunciando também as desigualdades na Educação, reclamando o Direito à realização do aborto legal em condições que preservassem a saúde da mulher.

Há 50 Anos... Abril chegou e com ele o direito universal ao voto ... E muitas mulheres abeiraram-se e articularam-se para EM LIBERDADE intervir na sociedade. As mulheres começaram a tomar a palavra Política E NA Política! As mulheres (chegavam e) não paravam de querer avançar nas suas terras, pela alfabetização, pela criação das infraestruturas, pela mobilização das mulheres, pelo direito à igualdade.

Mas... há 17... somente há 17 anos – em, precisamente, fevereiro de 2007 vingou e venceu a despenalização do aborto e entrou no Serviço Nacional de Saúde a IVG – Interrupção Voluntária da Gravidez! Por força e vitória em segundo processo público de referendo! Foi após várias lutas de longos anos e várias décadas que em 2007 o “sim” venceu no referendo da despenalização da IVG. A grande conquista alcançada há 17 anos deu às Mulheres o direito de decisão para uma maternidade desejada, responsável e feliz e significou, tal como significa, um



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2

valioso contributo para a emancipação da mulher, independentemente da sua condição económico-financeira e/ou da sua família.

Urge agora e neste ano de 2024 reiterarmos a obrigatoriedade de garantir o acesso à IVG através do Serviço Nacional de Saúde, tal como determinado pela legislação em vigor! Há 42 hospitais acreditados para realizar a IVG, mas só 29 o fazem.

A lei garante, através do acesso ao Serviço Nacional de Saúde, que a Interrupção Voluntária da Gravidez se faça em condições de segurança e de saúde, mas há falta de Especialistas de Obstetrícia e, assim, continua a aumentar o encaminhamento do SNS para o sector privado. Só um SNS mais forte, de Recursos humanos e meios materiais é capaz de assegurar o Direito Constitucional à Saúde e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, e que Sim! a mulher decide, a sociedade respeita, o Estado garante!

Ao saudar, mais um ano de luta das Mulheres, não podemos ignorar:

1 - Que das alterações legislativas últimas do Código do Trabalho, são as Jovens e as Mulheres as mais prejudicadas, face o aumento da precariedade em praticamente todos os sectores de atividade, nomeadamente no turismo e restauração, assistência e cuidados sociais, limpeza e com o alargamento do período experimental.

2 - Serem as Mulheres as maiores vítimas de violência de género, continuando a ser muito preocupantes, em Portugal, os casos e dados recentes sobre este drama social.

3 - As Mulheres continuarem a ser vítimas maiores do tráfico de Seres Humanos, em particular em situações ligadas à prostituição, uma forma grave de violência exercida sobre as mulheres;

3 - A prostituição ser uma forma de exploração de Seres Humanos e uma ação de violência sobre crianças, raparigas e mulheres.

“Pela Igualdade a que temos Direito” é o lema, neste ano de 2024, para as Mulheres Portuguesas voltarem a mobilizar-se, na tarde de 23 de março, na rua, em Lisboa, para reafirmar e aclamar direitos e valores de Igualdade, da Alegria e Força de ser Mulher, da força e do Movimento de Unidade pela justiça social e o progresso do País, dos Povos e do Mundo! Lado a lado com os homens.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe à Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária, a 22 e 23 de fevereiro de 2024, na Sede do Agrupamento de Escolas de Caparica, sita em Monte de Caparica que delibere:

1 - Saudar a celebração do Dia Internacional da Mulher – 8 de Março -, marco de extraordinário significado e importância para a luta das Mulheres de todo o mundo, das Mulheres Portuguesas e das Mulheres Almadenses pelos seus direitos inalienáveis a uma vida mais digna.

2 - Reafirmar o empenho institucional e solidário na luta das Mulheres pela conquista da igualdade no Trabalho, em particular no que respeita à garantia de igualdade salarial, à não discriminação em função da sua condição de trabalhadora, mãe e cidadã, e à integral proteção dos seus direitos laborais.

3 - Refirmar igual empenho e solidariedade institucional na luta contra a violência doméstica e de género exercida maioritariamente contra as Mulheres, e na luta contra o tráfico de Seres Humanos que afeta em particular as Raparigas e Mulheres, com envolvimento das autoridades competentes e responsáveis pela adoção e aplicação de medidas concretas que conduzam ao fim deste verdadeiro flagelo contra as Mulheres.

4 - Saudar a realização da Manifestação Nacional de Mulheres a realizar-se, no próximo mês de Março, em Lisboa, excecionalmente no dia 23, Sábado, pelo respeito integral dos direitos das Mulheres e saudar igualmente o vasto conjunto de iniciativas e ações, a realizar até 23 de Março em todo o País.

5 - Exigir a cobertura nacional da aplicação da lei, com implementação da IVG medicamentosa em Centros de Saúde; bem como Cuidados de Saúde Primários, com respostas, de forma acessível, eficaz e eficiente aos cuidados e necessidades das Comunidades; o acesso à contraceção mais adequada, garantindo a liberdade de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

escolha, com o reforço das políticas e dos programas de apoio na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e das raparigas.”

6.7.5 – O Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU), para apresentar uma Moção sobre “Pelo Prolongamento do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica”;

6.7.5.1 – O Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que o Metro Sul do Tejo (MST), é um projeto de Mobilidade de Transporte Público, lançado pelo Município de Almada nos anos 80 do século passado, que visa a criação de condições para uma vida melhor para todos os que vivem e se deslocam em Almada e na Margem Sul do Tejo, nomeadamente no arco-ribeirinho sul.

Considerando que o projeto MST corresponde a uma visão integrada com outros modos de transporte, facilitando o acesso aos serviços públicos assim como facilitar o acesso às necessidades gerais da população: como o direito ao trabalho, à saúde, à educação, ao desporto, à cultura e ao lazer.

Considerando que o projeto MST, é amigo de todos, em especial dos mais jovens, dos mais idosos e de quem tem mobilidade reduzida, amigo do ambiente, reduzindo o tempo nas deslocações, mais regularidade nos horários.

Considerando que nunca se avançou para a construção da segunda fase desta importante infraestrutura, como consta do contrato de concessão, prejudicando o desenvolvimento de Almada e do Arco-Ribeirinho da Margem Sul, por responsabilidades políticas dos sucessivos Governos do PSD, PSD/CDS e PS, como prova também a não inclusão no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Considerando que não faltam anúncios do prolongamento do Metro Sul do Tejo até à Costa da Caparica, que invariavelmente surgem nas vésperas de eleições por parte de responsáveis governamentais.

Considerando que a gestão da Câmara Municipal liderada pela CDU deixou esta obra preparada, com o espaço canal reservado para a expansão do Metro Sul do Tejo até à Costa da Caparica nos diferentes instrumentos de gestão do território.

Considerando que a Costa da Caparica, sendo uma zona por excelência balnear, é a localidade do Concelho de Almada que mais atrai população não só de Almada, mas também da região de Lisboa, assim como do resto da Margem Sul.

Considerando que as obras de alargamento no IC20, não resolvem o problema, pelo contrário tenderão a agravar os constrangimentos de tráfego que se registam hoje em dia.

Considerando que o Metro faz falta à vida dos almadenses e ao desenvolvimento do Concelho de Almada e da Cidade da Costa da Caparica.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere exigir ao Governo Português a concretização da expansão do Metro Sul do Tejo à Cidade da Costa da Caparica e Trafaria, sem mais atrasos!”

6.7.6 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Teixeira Silva (PS), para apresentar uma Saudação sobre a “Estratégia Municipal de Saúde de Almada 2024/2030”;

6.7.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O processo de elaboração da Estratégia Municipal de Saúde de Almada 2024/2030 iniciou-se em janeiro de 2023, decorrendo de forma participada e colaborativa até setembro de 2023 tendo obtido o parecer favorável do Conselho Municipal de Saúde em reunião de 7 de novembro de 2023, aprovada em Reunião de Câmara Municipal em 18 de dezembro de 2023 e aprovada em Reunião de Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2023.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2

A envolvimento dos vários atores neste trabalho foi a tônica deste processo. Desde logo, com a participação de elementos da ULS Almada Seixal. Mas, inclusive, na sessão de apresentação pública 23 de janeiro de 2024, com a participação de diversos intervenientes das Autarquias, nomeadamente de Alenquer, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Moita, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra ou Viana do Alentejo. Das várias Juntas de Freguesia e da Academia com a participação de cinco universidades.

Nas etapas de desenvolvimento desta Estratégia foi também definido um grupo técnico concelhio de acompanhamento do processo de elaboração da Estratégia Municipal de Saúde, envolvendo dez entidades concelhias da área da educação, da saúde, do desporto, do poder local e do social.

A participação dos municípios, através do questionário - Saúde e Bem-Estar em Almada foi também fulcral, para contar com o registo e apoio da informação dos Almadenses, e reuniu mais de 1000 participantes.

Mas o acompanhamento da implementação das políticas públicas em saúde é essencial, com particular enfoque para a componente da Prevenção.

É neste quadro, que o Município, em articulação com o SNS e com os diversos intervenientes do território devem apostar na prevenção em saúde, no desporto e nas ações de rastreio, entre outros instrumentos essenciais à prevenção em saúde por forma a mitigar a alta pressão a que o sistema de saúde tem sido sujeito.

É precisamente isso que esta Estratégia Municipal também preconiza.

Por esse motivo, a monitorização é essencial para o devido acompanhamento da implementação no terreno das várias medidas.

Pois, é de facto, na execução que as mais valias desta Estratégia serão mais visíveis.

Concretamente, das medidas provenientes dos eixos estratégicos subjacentes a este documento orientador. Tais como a Comunicação e Cidadania Participativa; Sustentabilidade Urbana; Saúde Mental, Bem-Estar e Autocuidado; Alimentação e Atividade Física.

De forma a consolidar o acompanhamento está prevista a construção de um web site com *dashboards* de indicadores em saúde para a profícua monitorização da Estratégia Municipal de Saúde.

Esta Estratégia já se encontra a ser operacionalizada, sendo exemplo recente, no passado dia 8 de fevereiro de 2024, quando foi apresentado o Jogo Desafios Saudáveis que promovem a saúde em contexto laboral e que conta com a adesão e compromisso de 35 entidades concelhias, sendo que se prevê a aplicação deste Jogo dos Desafios Saudáveis, durante o 1º semestre de 2024 aos trabalhadores.

A saúde é mesmo um recurso basilar para a vida.

O cuidado do bem-estar individual é uma rotina diária que se traduz em ganhos de saúde e em qualidade de vida para cada um e para todos.

Esta Estratégia Municipal de Saúde de Almada é assim um instrumento que alavanca a interação dos diversos intervenientes da Saúde no concelho de Almada, com vasos comunicantes para a área envolvente e com as entidades de outras áreas geográficas, que coloca, efetivamente, os municípios no centro da resposta dos cuidados em Saúde, contribuindo para a prevenção em saúde e que adiciona valor ao SNS.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Almada expresse um voto de saudação pelo trabalho desenvolvido na elaboração da Estratégia Municipal de Saúde de Almada 2024/2030.”

6.7.7 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Criação de Locais Ribeirinhos de Atracagem e Desembarque de Transporte Fluvial Turístico”;

6.7.7.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Tentando-se posicionar como uma cidade capaz de ombrear e competir com os mais significativos e preferidos destinos turísticos, o concelho de Almada deverá munir-se e garantir na prática, um verdadeiro e arrojado plano de desenvolvimento e atratividade no que diz respeito à sua melhor oferta turística, inclusive competindo com os grandes centros turísticos do país.

Com uma posição geográfica de excelência, o concelho de Almada tem todas as condições, haja vontade política e estratégia, para debater-se com as melhores capitais europeias e pontos de atração turística.

O grande recurso natural que atravessa as duas cidades, Almada e Lisboa, a par de outros concelhos que rivalizam do ponto de vista turístico com Almada na foz do Tejo, como é o caso de Oeiras e Cascais, abre espaço para a exploração do rio através de oportunidades pensadas e devidamente estudadas e estruturadas com vista a implementar novas acessibilidades capazes de obter dividendos na sua vertente económica, paisagística e mesmo cultural, aproveitando e maximizando a posição privilegiada do concelho.

O desenvolvimento e implementação de um plano turístico direcionado para o aproveitamento dos recursos naturais devidamente enquadrados e salvaguardados na defesa do meio ambiente, é possível haja convergência de esforços entre o sector público local e as demais entidades que pretendem investir e colocar ao serviço do lazer e do turismo enriquecedor e potenciador de postos de trabalho, novos e modernos meios de acessibilidades já experimentados e em uso noutros centros urbanos modernos e cosmopolitas por toda a Europa e pelo mundo.

Almada tem de se centralizar e modernizar a fim de poder entregar e assegurar uma oferta de maior qualidade capaz de saber corresponder às novas exigências do sector e sobretudo, às novas exigências das populações.

Considerando a proximidade com a capital, Lisboa, grande centro de turismo do país, considerando ainda a oferta disponível do concelho nas várias áreas e vertentes do lazer e da cultura, passando pela gastronomia, pela paisagem, pelos monumentos e pelas praias e património natural, novos meios de acesso e de transporte, sem colocar em causa os transportes convencionais que devem ser assegurados a par das restantes plataformas que possam existir, a criação de meios complementares e independentes que tenham como objetivo efetuar os transbordo na vertente turística de visitantes portugueses em regime de lazer quer de cidadãos vindos de outros países que escolham Almada como ponto de interesse deve ser uma possibilidade prioritária.

Assim, e com a disponibilidade geográfica das margens ribeirinhas do concelho de Almada inseridas num recurso natural ao seu dispor, é primordial encontrarem-se novas soluções de transporte de turistas e visitantes com pontos de atracagem e desembarque devidamente delineados para o efeito entregando mais e melhor oferta ao mesmo tempo que se usa o Rio Tejo como ex. libris e chamariz do concelho.

Desde modo, na tentativa de encontrar novos meios de transporte alternativos devidamente direcionados para o lazer e para o turismo como já devidamente implementados e de sucesso um pouco por toda a Europa, e aproveitando o recurso natural, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 22 e 23 de Fevereiro de 2024, na localidade da Caparica, defende a criação de um plano estratégico que tenha como objetivo principal da criação de cais de atracagem e desembarque de passageiros na vertente turística ao longo do passeio ribeirinho em locais permitidos e comprovadamente adequados para o efeito, com o objetivo de potenciar uma maior e melhor oferta ao nível do sector e do turismo fluvial. “

6.7.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Por uma Iluminação Condigna no Terminal de Cacilhas”;

6.7.8.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O terminal rodoviário de fluvial de Cacilhas continua a ser ponto de encontro e de convergência de milhares de pessoas que todos os dias utilizam o respetivo espaço em movimentos pendulares, juntando-se a estes os inúmeros turistas que acedem ao concelho em visita e lazer.



O mesmo terminal desdobra-se numa interface de transportes públicos que servem o concelho de Almada em ligações municipais ao mesmo tempo que o barco, o metro e os transportes rodoviários da Carris Metropolitana, deslocam em simultâneo as suas rotas e os seus destinos para outros municípios numa rede de transportes muito mais abrangente e que há muito era desejada pelas populações.

Com a oferta disponível no terminal de Cacilhas, é usual um grande aglomerado de pessoas utentes desses transportes públicos, para os quais deve ser oferecida para além do próprio transporte, horários adequados e convenientes às suas necessidades, o respetivo conforto e segurança devem estar religiosamente salvaguardados e assegurados.

No caso do mesmo terminal, intervencionado há bem pouco tempo no que respeita ao seu espaço de requalificação, continua a não garantir junto das populações e dos operadores de transporte público, uma iluminação adequada aos direitos dos mesmos.

É usual, mesmo depois da intervenção de requalificação do mesmo, um défice de iluminação pública quer no espaço amplo do terminal quer mesmo a falta de iluminação nos abrigos e paragens de autocarro, dificultado e agravando quem pretende ter acesso à leitura de horários e demais informação que consta nos respetivos mobiliários urbanos do terminal.

A deficiente iluminação nomeadamente a horas tardias e noturnas, não só não deixa confortável nem garante a plena qualidade de vida dos cidadãos como ainda os expõe aos demais perigos que possam eventualmente surgir do decorrer desse problema que persiste no tempo apesar dos vários alertas que não obstante alguma melhoria não é ainda, de todo, suficiente.

Perante os factos, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 22 e 23 de Fevereiro de 2024, na localidade da Caparica, vem desta forma alertar a câmara municipal para a necessidade urgente de providenciar no terminal de transportes públicos de Cacilhas, uma iluminação pública adequada que vá de encontro às necessidades das populações com o objetivo de garantir-lhes mais segurança e bem-estar, nomeadamente a iluminação geral tal como a iluminação dos abrigos e paragens do terminal.”

6.7.9 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Aumentar mais a Rede de WIFI no Concelho”;

6.7.9.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As novas dinâmicas e tecnologias ao alcance do cidadão nas cidades modernas do novo milênio tornam os mesmos cada vez mais exigentes e capacitados para a utilização de meios avançados ao seu dispor capazes de tomar decisões e acessar a respostas no tempo imediato cada vez mais prático e exigente.

Nos dias de hoje, o acesso à informação e comunicação em tempo útil e descomplicado, é apanágio de sociedades e de cidades modernas e desenvolvidas com olhos postos no futuro onde o bem-estar dos cidadãos é a grande prioridade das políticas locais.

No milênio das novas tecnologias de última geração, o cidadão faz uso diário das mesmas como nunca se fez antes, dando um salto para o conhecimento e para a instantaneidade e imediatismo num mundo e numa geração cada vez mais global e aproximada.

É também nessas novas ferramentas tecnológicas e informatizadas que os processos outra burocratizantes e morosos, ganham nos dias de hoje, uma rapidez supersónica no acesso à informação e divulgação, permitindo ao cidadão não só uma vasta lista de opções, como também praticar atos e tomar decisões à distância de um click.

Todavia, e para que o cidadão possa aceder e fazer uso desse novo instrumento colocado ao seu serviço pelo desenvolvimento da tecnologia e da ciência, é cada vez mais necessária uma ampla autoestrada de navegação, rápida e eficaz, a fim de satisfazer plenamente e com qualidade o acesso a um infinito número de conteúdo digital, capaz de tornar a vida do mesmo no século XXI, mais dinâmico, mais interativo e mais produtivo.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O uso e acesso à internet nos dias de hoje, tornou-se desta forma, imprescindível para o quotidiano das pessoas, para os negócios e instituições empresariais e comerciais, para a saúde, para a educação, para o lazer, para a segurança, para os transportes, para o tecido burocrático entre Estado e cidadão, entre muitas outras vantagens que no presente já ninguém é capaz de recuar e prescindir tal é a sua capacidade de simplificar a vida do cidadão e das instituições.

Também as autarquias já entenderam os benefícios as vantagens do uso das ferramentas tecnológicas e informáticas que simplificam a vida em sociedade e para tal, têm um pouco por todo o país, disponibilizado pelos seus concelhos spots e locais públicos de acesso livre à internet, ao qual o município de Almada não é exceção. Reconhece-se, desta forma, o esforço que a autarquia de Almada tem feito ao longo dos últimos anos para tornar a realidade do concelho muito mais interativa e de acesso livre aos meios informáticos, neste caso à internet.

Apesar desse livre acesso cada vez mais abrangente, é necessário mais reforço para que em mais locais do concelho o acesso livre à internet seja uma realidade, ajudando a criar e dinamizar os espaços já existentes ou a potenciar a criação de novas centralidades locais.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 22 e 23 de Fevereiro de 2024, na localidade da Caparica, vem por este meio, recomendar à câmara municipal o alargamento no concelho de acesso público à internet-rede de Wifi, ajudando a que mais cidadãos possam fazer uso gratuito do seu acesso ajudando a dinamizar e a universalizar esta ferramenta tecnológica moderna e cada vez mais avançada do novo milénio. “

6.7.10 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Contra a Violência e Insegurança”.

6.7.10.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os relatórios anuais de segurança interna têm sido perentórios naquela que é a realidade da criminalidade e insegurança quer no país quer muito em concreto no distrito de Setúbal e em Almada.

Tem sido recorrente a abertura dos noticiários com informação sobre atos violentos praticados contra os cidadãos, escaramuças e acertos de contas, rixas entre gangues organizados, episódios violentos de violência doméstica nomeadamente sobre mulheres e idosos, e, noutros casos, infelizmente, já frequentes e trágicos, muitos deles acabam em mortes e assassinatos.

Quer no distrito de Setúbal quer em Almada, o sentimento de insegurança tem vindo a aumentar deixando as pessoas condicionadas no seu livre usufruto da liberdade conquistada em Abril. Ao comum cidadão, junta-se a atividade comercial que em muitos locais vê-se na obrigação de encerrar os seus estabelecimentos muito antes do horário pretendido, pois não arriscam viver em sobressalto em horários noturnos.

Também aqui, a vida noturna na cidade deixa de fluir normalmente condicionada pelo sentimento de insegurança e por todos os perigos que a mesma pode esconder caso não estejam criadas as devidas condições de salvaguarda da ordem pública e do bem-estar.

Com os relatos e as notícias de criminalidade grave praticada por quem se sente impune num Estado de direito que tem obrigação de proteger as liberdades e garantias dos seus cidadãos, os criminosos e delinquentes que a praticam vão consomando os seus hediondos atos de forma descarada e sem qualquer pejo pelo próximo.

As mortes recentemente ocorridas no distrito de Setúbal e também no Concelho de Almada vítimas de violência doméstica e de criminalidade violenta, deixa um perigoso alerta do muito que ainda há por fazer em matéria de segurança, mas também em matérias sociais e de integração social na comunidade.

Verdadeiras políticas de segurança e proteção dos cidadãos com mais meios ao dispor das forças de segurança, tal como são necessárias mais políticas e medidas locais de construção do espaço público, acompanhamento social e comunitário junto de populações mais vulneráveis, políticas de integração e convivência social, programas de emprego e acompanhamento escolar são, entre outras medidas locais e nacionais, prioridades e



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

8.

ter em conta se se quiser estancar o fenómeno da criminalidade e criminalidade violenta no distrito e no concelho de Almada, criando oportunidades de reintegração e de socialização dignas de um Estado livre e de direito.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 22 e 23 de Fevereiro de 2024, na localidade da Caparica, vem por este meio, condenar veemente os atos hediondos e criminosos cometidos por delinquentes no distrito de Setúbal e no concelho de Almada, pugnando e exigindo das entidades competentes medidas urgentes que mitiguem o aumento da criminalidade a fim de restituir a segurança a liberdade e a liberdade dos cidadãos de bem. “

6.8 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Geraldês (CDU), Karim Hassam Quintino (BE), Margarida Ramires Paulos (PAN), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), António Pedro Maco (CDS-PP), Ana Margarida Lourenço (PS), António Francisco Salgueiro (PSD) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.8.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queremos solicitar a votação em separado, a parte dos considerandos da parte deliberativa da moção que o CDS aqui apresentou, “Contra a Violência e Insegurança.”

6.8.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaria de dar aqui nota relativamente à recomendação apresentada pelo PAN, sobre as escolas mais sustentáveis.

Substituição de luminárias em escolas, foram 10418 lâmpadas substituídas em 9 escolas, que é um projeto cofinanciado da Câmara Municipal com uma candidatura que até foi feita pela S. Energia, num investimento global de 63.517 euros. Houve colocação de mais de uma centena de painéis solares e sistemas de AVAC num montante total de 407 mil euros.

Há 3 linhas de ciclo expresso, combóis de bicicletas para as escolas, começamos na Costa da Caparica, que é uma experiência que está a correr muito bem, e que nós temos todo o gosto em apoiar desde que haja vontade da comunidade educativa e sobretudo dos pais porque os pais aqui têm um papel muito relevante para estas linhas de ciclo expresso.

Já para não falar naturalmente, da questão que é feita, não vou falar do amianto, porque isso já nem é ser sustentável, é só mesmo saudável e que felizmente reverterá de todo o andamento de todas as nossas escolas. Para além de uma série de iniciativas, aliás, há aqui uma questão sobre se a Câmara Municipal tinha dado ordem a uma escola para retirar hortas pedagógicas, é coisa que a Câmara Municipal não faz, não dá ordens para se retirar nenhuma horta pedagógica de nenhuma escola, até porque as próprias escolas na sua autonomia é que decidem fazer hortas pedagógicas e a Câmara Municipal não interfere a esse nível. Portanto, estamos absolutamente alinhados nessa questão.

Por fim, é muito importante lembrar que todos os montantes do PRR e ainda bem, todas as candidaturas a PRR seja para reabilitação de escolas, seja para construção de 2 novas escolas, que neste caso é a António Gedeão e o novo núcleo escolar da Trafaria, tem normalmente exigências muito grandes que encarecem aliás, muito as obras, ao nível da eficiência energética. Portanto, estamos absolutamente alinhados.

Queria só dar alguns dados a esse nível.

Relativamente às moções sobre o 8 de março e o Dia das Mulheres e o voto nos direitos às mulheres, aproveito esta ocasião para anunciar a programação do Dia Internacional da Mulher, no dia 7 de março é uma ação de sensibilização sobre a endometriose juntamente com a Associação Mulherendo, no dia 8 de março há uma exposição, é uma organização da Câmara Municipal, na Sala Pablo Neruda, no dia 8 de março há a exposição



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Ser Mulher Antes e Depois do 25 de Abril” e que vai ser também no Fórum Municipal Romeu Correia, que é entrada livre, e que terá um momento musical na inauguração com os alunos da Escola de Música da SFUAP, há uma homenagem que será feita à Dra. Odete Santos, uma tertúlia no âmbito desta exposição e que terá como oradores Regina Marques, Manuela Tavares e Duarte Ferreira, também na Pablo Neruda. Na Biblioteca Municipal de Almada, sala infantil, também temos uma atividade, “O Amor é Coisa de Adultos”, penso que isto é um filme, também entrada livre, é uma iniciativa para crianças e temos também na Escola Secundária Anselmo de Andrade, como organização da UMAR e o Agrupamento de Escolas Anselmo de Andrade, Igualdade de género, Caminho para a Liberdade, no âmbito do projeto da semana cultural do Agrupamento de Escolas Anselmo de Andrade. Temos uma palestra sobre saúde sexualidade, educação e interculturalidade na evolução feminina. Temos um círculo de música, no Auditório Fernando Lopes Graça de 8 a 16 de março, temos a exposição “Liberdade no Feminino” na Biblioteca Maria Lamas, uma organização também da câmara Municipal, no dia 9 de março o Batuque como expressão de um povo também na Biblioteca Maria Lamas, e um almoço e espetáculo musical com o Grupo Nova Era, na Associação Grupo de Concertinas Águias Vermelhas, uma organização da Junta de Freguesia da Charnecas de Caparica e Sobreda, mas tudo isto integrado na celebração do dia da Mulher. Portanto, agradeço as moções que me permitem também divulgar aqui a programação.”

6.8.3 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Também para revelar o sentido de voto do Bloco de Esquerda aos documentos apresentados.

Iremos votar a favor da moção apresentada pelo PAN e pela CDU, excetuando aquela que se refere ao Dia Internacional da Mulher, por motivos que já são conhecidos desta casa e que se prendem essencialmente com as considerações que são feitas relativamente ao trabalho sexual.

Sabemos que este é um tema difícil e que é um tema que carrega a marca de muitas desigualdades sociais, sabemos também, que a maioria das mulheres, das trabalhadoras do sexo são mulheres e que a maioria dos clientes são homens, e que as mulheres mais pobres, as racializadas, as estrangeiras, as mulheres trans, estão mais sujeitas a situações sociais que as impelem à venda de serviços sexuais.

Por outro lado, também sabemos dos riscos colocados à autonomia sexual e integridade física destas pessoas. A questão é que em última instância, o caminho e a retórica escolhidos pela CDU, acabam por erguer barreiras entre quem deveria estar do mesmo lado. Especialmente tendo em conta que esta continua a ser uma questão que tem dividido feministas em todo o mundo. E é por isso que mesmo estando de acordo com a parte deliberativa desta moção, iremos nos abster nos considerandos e por isso faço este pedido à Mesa, que este voto seja votado separadamente.

Iremos nos abster também em duas moções do CDS-PP. Primeiro contra a moção sobre o turismo fluvial, simplesmente porque não consideramos que os barcos turísticos sejam a verdadeira prioridade do Município de Almada neste momento, mas sim, o transporte que leva as pessoas aos seus trabalhos todos os dias, e que como sabemos, não dá as devidas respostas há bastante tempo.

Por outro lado, também nos iremos abster à moção sobre a violência e a insegurança, porque não podemos concordar com o aproveitamento da morte de pessoas, para fundamentar um discurso de medo, um discurso que é populista, um discurso que é desconectado da realidade mais lata das nossas sociedades e que é de um país e de um município que são fundamentalmente seguros.

O que é preciso de facto, é trabalhar junto das comunidades para que estes acontecimentos que naturalmente, são lamentáveis, não voltem a acontecer. Agora, utilizar esta linguagem desta moção, da estigmatização, de dividir a sociedade entre pessoas de bem e pessoas de mal, de semear o pânico, parece-nos ser o oposto daquilo que deve e tem de ser feito.

Por último, votaremos a favor da moção de saudação do PS relativa à Estratégia Municipal de Saúde em Almada, pese embora esta ser mais uma manifestação de autoelogio, prática esta que como sabemos já se tornou um apanágio nesta casa, e também tendo em conta esta clara contradição entre o texto que nos é aqui apresentado



e o real estado da saúde pública em Almada. E a realidade é clara senhores deputados, encerramento de serviços fundamentais, esperas inaceitáveis em consultas médicas e intervenções cirúrgicas, milhares e milhares de pessoas sem médico de família, e tantos outros problemas que as e os almadenses continuam a enfrentar quando precisam de aceder a serviços de saúde.

No entanto, e precisamente porque acreditamos e queremos acreditar que esta Estratégia Municipal de Saúde pode ser de facto um instrumento importante para garantir um acesso mais justo e democrático à saúde, iremos votar a favor desta moção.”

6.8.4 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Também para dar nota do sentido de voto do PAN, que irá votar favoravelmente a maioria dos documentos apresentados, associando-se aos votos apresentados pelo Bloco de Esquerda e pela CDU sobre o Dia Internacional da Mulher, que continua a ser necessário assinalar. Não através da distribuição de flores, mas pela efetiva garantia de direitos iguais,

Relativamente à moção do CDS-PP que pretende aumentar o transporte turístico fluvial no Tejo, votamos contra porque por um lado, e também aqui já foi dito pelo Bloco de Esquerda, a prioridade deve ser melhorar os transportes públicos quer na sua eficiência ambiental, quer no serviço às populações e por outro, mais barcos no Rio trazem mais poluição, mais pressão para uma zona sensível e de enorme importância ambiental que deve ser preservada o mais possível.

Iremos igualmente votar contra a moção do CDS-PP contra a violência e insegurança, por não nos revermos na forma como a mesma está esplanada. Atualmente parece haver alguma tentativa por parte de alguns partidos separar os cidadãos usando a expressão “cidadãos de bem”, como se existissem pessoas melhores do que outras. Não nos revemos nestas expressões, nem nesta tentativa de virar uns contra os outros, tentando desvalorizar fenómenos sociais complexos e tratando-os com uma leviandade simplória para que assim medidas também elas simplórias sejam vistas como suficientes para os resolver.”

6.8.5 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Iremos votar a favor da Proposta sobre as Escolas mais sustentáveis, assim como da saudação ao Dia Internacional da Tolerância Zero à mutilação Genital Feminina.

Iremos igualmente votar a favor da Expansão do Metro à costa da Caparica.

Iremos apoiar as 4 propostas do CDS, mas permitam-me salientar a Proposta Contra a Violência e Insegurança.

Infelizmente, o assunto que o CHEGA trouxe a esta Assembleia Municipal, há algumas sessões, relativo ao Relatório de Segurança Interna, e que o Executivo PS disse ser alarmista, comprova-se e entra pelas nossas casas todos os dias através da Comunicação Social.

Já não é mais possível esconder a realidade e o aumento da insegurança no nosso Distrito e sobretudo no nosso Concelho.

Saudação sobre a Estratégia Municipal de Saúde de Almada 2024/2030.

É preciso um descaramento abismal ver o Partido Socialista a tentar aprovar qualquer saudação que envolva a Saúde. É uma vergonha.

Com o Hospital Garcia da Orta com as Urgências Obstétrica e Ginecológica encerradas ao fim de semana, com a Urgência Pediátrica da Unidade Local de Saúde de Almada, encerrada no período noturno, o PS vem dar uma palavrinha nas costas ao Executivo, porque na Descentralização de Competências fez menos asneira que o normal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Estamos em eleições, mas os almadenses sabem que não vale tudo, e sabem as dificuldades que sofre o Serviço Nacional de Saúde em Almada.

Meus senhores, resolvam o problema da saúde, melhorem o acesso dos munícipes e então aí façam saudações.

Relativamente às 2 propostas sobre o Dia da Mulher, queremos dizer o seguinte:

Não concordamos com parte dos argumentos da CDU que colam a interrupção voluntária da gravidez ao Dia da Mulher.

Sabemos todos muito bem, que imensas mulheres se opõem legitimamente à interrupção voluntária da gravidez e não é por esse motivo que não devem ser saudadas no Dia Internacional da Mulher.

Relativamente à proposta do Bloco de Esquerda, não há volta a dar é uma confusão de termos, ideias, e conceitos, perdendo-se no meio de toda a narrativa ideológica o mais importante: a Mulher.

Cola novamente a ideologia de Género, ao Dia da mulher, misturando 2 assuntos que são biologicamente incompatíveis.

Mas nem tudo é mau nesta proposta e queremos associar-nos ao 3º ponto deliberativo, apelar a uma grande participação no voto no próximo dia 10 de Março, em partidos que respeitam a igualdade, os direitos e a não discriminação das Mulheres.

Partidos que defendem que a mulher deverá ter todas as funções na sociedade que assim o deseje e sem julgamentos, Política, Juíza, Médica, Professora e ou Mãe, entre tantas outras.

O CHEGA saúda todas as mulheres, quer concordem com as nossas políticas quer não, porque é esse o seu Direito.

Recusamos que as mulheres almadenses e o dia que as celebra internacionalmente, seja utilizado como arma de arremesso para agendas ideológicas que não as defendem.

A Todas as Mulheres de Portugal, um bem-haja.

Pelo que pedimos que estas propostas sejam votadas, separando o Texto da Parte Deliberativa.”

6.8.6 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Também para dar o sentido de voto do CDS-PP relativamente aos documentos apresentados.

O CDS vai votar favoravelmente a moção do Bloco de Esquerda relativamente à mutilação genital feminina.

Irá votar o documento sobre o prolongamento do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica, moção da CDU.

Irá votar favoravelmente a moção do PAN.

Depois, a importância do Dia 8 de Março, e voto do direito das mulheres, já foi também referido aqui pelo Senhor Deputado do CHEGA; o CDS também solicita a votação ponto por ponto da parte deliberativa, irá votar contra o preâmbulo visto que não se revê aqui nalgumas indicações.

Depois a mesma questão para o Dia Internacional da Mulher, da CDU e vai abster-se na moção do PS.

Relativamente às interpelações que fizeram sobre as moções do CDS, eu quero frisar aqui uma questão. O CDS tem à semelhança de outros partidos, mas acho que é feito justiça, tem feito um grande apelo para que se possam melhorar os transportes e nomeadamente o transporte fluvial. Portanto, é evidente que não é uma prioridade, mas é uma ideia e eu acho que se queremos ter um Concelho desenvolvido e que possa ombrear com o turismo que é feito também noutras paragens, não só aqui nesta grande área, mas também na Europa e por todo o mundo, acho que sinceramente é despropositado achar que, não digo que é prioritário, mas efetivamente é um projeto que pode muito bem ser implementado para o desenvolvimento do Concelho.



Relativamente às interpelações que foram feitas da moção contra a violência e insegurança. O Senhor Deputado que eu muito estimo, do Bloco de Esquerda, falou aqui de aproveitamento, isto é efetivamente a retórica do Bloco de Esquerda, não estaríamos à espera que fosse de outra maneira, por isso Senhor Deputado não vamos sequer ter isso muito em conta.

Mas ouvimos democraticamente as suas palavras e quando fala aqui que separa cidadãos, eu penso que vivemos todos no mesmo país, no mesmo planeta, eu acho que o contar cidadãos do bem, são cidadãos do mal, e mais que seja aquilo que temos que fazer a cidadãos do mal, é relativamente a criar condições para que não voltem a praticar males. Agora, mais uma vez vemos aqui quem é que pode estar ao lado daqueles que perpetuam este tipo de criminalidade e aqueles que estão ao lado das vítimas. E também para a Senhora Deputada do PAN exatamente a mesma questão, eu penso que não há qualquer questão aqui a colocar relativamente o que é que são cidadãos de bem e cidadãos do mal. Portanto, o CDS não tem qualquer tipo de problema, eu penso que os senhores não devem ter televisão, não devem ver notícias, não devem falar com as forças de segurança, e, portanto, sistematicamente enfim, tendo em conta aquilo que são as suas posições políticas, as suas doutrinas já não é de admirar. Agora admira-me sinceramente algumas forças políticas, se calhar o PAN está mais preocupado com os animais do que com o bem-estar das pessoas, nós também estamos preocupados com o bem-estar dos animais, mas não colocamos os animais ou o bem-estar dos animais à frente das pessoas. Portanto, isso é ponto assente e dizemos aqui de forma categórica.

Portanto, não se percebe. Eu acho que as notícias falam por si, eu acho que devia envergonhar estas declarações que aqui são feitas junto daqueles que sofrem a criminalidade, junto das mães, quer no Seixal, quer em Setúbal, quer por todo o país, aliás, os crimes de violência doméstica estão contidos aqui também nesta moção, o Bloco de Esquerda tanto que apela relativamente a este problema que é um flagelo da sociedade, porque acho que as vítimas de violência doméstica, são pessoas do bem perpetuadas, são um crime em cima por pessoas do mal.

Portanto, eu acho que estamos aqui numa retórica um bocado absurda. Mas enfim, estamos em cima de eleições, por absurdo, absurdo e meio.”

6.8.7 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre os documentos aqui apresentados o nosso sentido de voto.

Relativamente à moção apresentada pela CDU, no que respeita ao Dia Internacional da Mulher, temos aqui à semelhança do Bloco de Esquerda, temos aqui não uma, a mesma questão colocada, com esta ligação da prostituição à exploração e tráfico de seres humanos, é uma coisa com a qual obviamente, o Partido Socialista não concorda. Mas para além desse ponto também aqui este primeiro ponto em que diz que as alterações legislativas, as últimas alterações legislativas feitas ao código do trabalho, foram um retrocesso e prejudicaram as mulheres, quando aquilo que foi feito ainda nesta legislatura com a aprovação da agenda do trabalho digno, trouxe mais condições e medidas concretas de combate à precaridade, de proteção das mulheres, de ligação e de conciliação entre a vida do trabalho e familiar, proteção social, e portanto, não podemos obviamente, acompanhar estes dois pontos. Aquilo que perguntamos é se há a possibilidade de estes pontos serem também votados um a um, na parte dos considerandos, eu sei que não são deliberativos, mas nós não podemos acompanhar esta parte deliberativa não no seu todo, mas nestes dois pontos em específico porque acompanhamos obviamente o restante texto assim como acompanhamos também o texto apresentado sobre a mesma matéria do Bloco de Esquerda e também do Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina.

Relativamente à recomendação feita pelo PAN. A Senhora Presidente de Câmara já disse aqui algumas questões, obviamente que isto é uma recomendação. É uma recomendação que vai um pouco ao encontro daquilo que é o caminho que já tem sido feito pela Câmara Municipal e, portanto, não nos vamos obviamente opor, votaremos favoravelmente, mas não podemos deixar de referir que é um trabalho que já está a ser feito independentemente desta recomendação, o que deveria na nossa modesta opinião, transformar esta moção não numa recomendação, mas numa saudação aquilo que tem sido feito pela Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente à moção sobre o Metro Sul do Tejo, o Partido Socialista já várias vezes referiu, o Ministro do Ambiente já várias vezes referiu publicamente que este é um projeto que vai finalmente vai avançar, e, portanto, obviamente votaremos a favor e mais uma vez, não precisamos que sejam apresentadas moções da CDU para que os processos se concretizem. Há muitas coisas em que efetivamente é preciso avançar e é isso também que o Governo do Partido Socialista tem feito.

Relativamente às moções do CDS, umas mais e permita-me nada de muito relevante, nomeadamente, a questão da rede WIFI, nada contra a moção indica que tem sido feito um trabalho, mas é para melhorar ainda mais, tudo bem, melhora-se ainda mais.

Relativamente às moções do CDS, permita-me, nada de muito relevante, nomeadamente, a questão do WIFI, nada contra a própria moção indica que tem sido feito um trabalho, mas é para melhorar ainda mais, tudo bem, melhora-se ainda mais.

A questão da iluminação condigna do Terminal de Cacilhas, o Largo de Cacilhas, e a zona do Terminal de Cacilhas, teve uma intervenção bastante concreta e esta moção aparecer agora, é uma coisa que talvez até surpreendente. Eu não estou a dizer que está tudo bem feito e que não existem zonas que necessitem de um pouco mais de iluminação, mas quem passa hoje no Largo de Cacilhas, dizer que aquilo é um problema grave de iluminação, é porque já não tem memória do que era aquele Largo há uns anos atrás. Hoje está muito mais iluminado, é um sítio muito mais seguro, é um sítio muito mais aprazível, há de facto, pontos e nomeadamente, nas paragens de autocarro que poderão ter essas questões, agora, isto aparecer agora, é uma questão, tudo bem, acompanhamos.

Por último e não menos importante, é a questão da moção aqui apresentada contra a violência e insegurança. Esta moção traz aqui algumas questões, não vou falar em verdades, porque já referi aqui várias vezes, sempre que isto é referido, os números do Relatório Anual de Segurança Urbana, que por sinal, ainda não temos os números de 2023, a menos que o CDS ou o CHEGA tenham dados privilegiados, eu pessoalmente, não os tenho.

Portanto, isto são questões que querem dar a ideia que, quero o Concelho de Almada, quer o Distrito de Setúbal, têm tido uma criminalidade maior, e com um crescimento maior do que o resto do país, do que o resto da Europa, do que o resto do mundo. Não é verdade. Os números da criminalidade têm vindo efetivamente, no último ano a aumentar e os números principalmente da criminalidade violenta e os números do Distrito de Setúbal e do Concelho de Almada, não acompanham obviamente, aquilo que são os números do restante país, e já que tanto falam do RASI, então que o tragam cá e comprovem do contrário.

Os termos em que é colocada esta moção, já para não falar da questão dos cidadãos de bem e dos cidadãos de mal, mas é todos estes julgamentos sumários, em que já estamos a dizer que os crimes foram cometidos por delinquentes é uma coisa muito perigosa para a nossa sociedade. Os julgamentos sumários que hoje são feitos, no dia a dia, assim que é levantada uma suspeita, assim que é feita uma pergunta, é uma questão muito preocupante da nossa sociedade e que nos traz hoje numa crise política não só aqui no Continente mas também na Região Autónoma da Madeira, que poderá ser de alguma forma uma questão que mais tarde se pode vir a esclarecer, mas é muito destes julgamentos sumários, que estão a trazer o crescimento daqueles que trazem o discurso mais fácil, o discurso mais populista, aquele que é de mais fácil agrado e mais imediato. Porque em termos de comprovar em substância, depois já não conseguem e é natural.

Portanto, obviamente, votaremos contra esta moção, da forma como está escrita essencialmente e é uma pena, este fim-de-semana houve uma marcha de solidariedade pela paz nos bairros Rosa e no Bairro Branco, que obviamente acompanhamos, as nossas Presidentes de Junta estiveram obviamente nessa marcha pela paz, pela segurança, pela convivência e obviamente nós somos contra aquilo e estamos preocupados com aquilo que tem vindo a acontecer, porque colocar as questões nestes termos é simplesmente querer trazer ainda mais caos do que aquele que existe que é exatamente a vossa intenção.”

6.8.8 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

8

Relativamente ao PAOD em apreciação informo que o PSD irá votar a favor da Recomendação do PAN sobre as escolas mais sustentáveis.

Votaremos também a favor dos dois documentos do BE sobre o dia 8 de março e os direitos das mulheres e sobre a Mutilação Genital Feminina.

Votaremos a favor da Moção da CDU sobre o Dia Internacional da Mulher e também da Moção sobre o Prolongamento do MST à Costa da Caparica, mas queremos dar nota que as responsabilidades políticas desse não prolongamento até agora não se resumem às referidas na moção, mas também aos executivos da CDU na Câmara Municipal, já que essa extensão à Costa da Caparica não foi identificada no contrato inicial assinado com o Governo de então.

Votaremos também a favor da Saudação apresentada pelo PS sobre a Estratégia Municipal de Saúde de Almada. Sobre os documentos apresentados pelo CDS, votaremos a favor de todos.

6.8.9 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero deixar aqui claro, pelas palavras da Senhora Deputada do PS, onde é que esta moção tenta demonstrar o caos. Eu acho que quando diz aqui: defender as pessoas dos delinquentes, defender os idosos, as vítimas de violência doméstica, aqueles que praticam crimes nos animais também. Portanto, não estou a ver onde é que está aqui o caos. Mas é o PS a ser PS.”

6.8.10 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há novidades importantes relativamente ao Metro que eu não queria deixar de partilhar.

Como sabem eu não gosto de falar das coisas enquanto elas não estão mesmo a acontecer.

Dito isto, relativamente à moção sobre o Metro até à Costa da Caparica, dar nota que já reunimos com a TML, o Metro de Lisboa e o Senhor Secretário de Estado da Mobilidade, no sentido de fazermos um protocolo fixando inclusivamente, verbas de obra e estudos. Dada a circunstância em que nos encontramos não será possível fazer já um protocolo para toda a obra, mas sim, está previsto assinarmos um protocolo com a TML, que é a nossa Autoridade de Transportes que como sabem foi delegada da Área Metropolitana para TML, e o Metro de Lisboa, que é quem irá fazer o estudo da expansão do Metro até à Costa da Caparica. Dar nota que já houve duas visitas para confirmarmos e de alguma maneira até adaptarmos o trajeto que estava previsto de modo a responder melhor ao desenvolvimento do Município e chegarmos a mais população, e, portanto, acho que a próxima reunião estava prevista para dia 15, terá que ser adiada por eu estar em deslocação provavelmente para 18 ou 19, espero que até lá possamos assinar o tal protocolo que confiamos ao Metro de Lisboa, dado que há uma concessão em Almada com o Metro Sul do Tejo. Portanto será o Metro de Lisboa a fazer os estudos e os projetos da expansão para que assim que a situação política se estabilizar, fica já aqui o repto. Como devem imaginar sabem quem eu espero que ganhe para dar continuidade ao bom trabalho que está a ser feito, se não for, espero que o novo governo cumpra a sua palavra ou a palavra do Estado Português e que leve avante já com o estudo feito e devidamente orçamentado.

Portanto, os trabalhos da expansão do Metro estão a decorrer, será articulado com a nossa Autoridade de Transportes que é a TML e o estudo será realizado pelo próprio Metro de Lisboa.”

6.9 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.9.1 – A Recomendação sobre “Tornar as escolas de Almada mais Sustentáveis” foi aprovada por unanimidade.

6.9.2 – A Moção sobre “A importância do 8 de Março e o Voto nos Direitos das Mulheres” foi votada por partes, tendo-se verificado os seguintes resultados:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.9.2.1 – Os considerandos foram aprovados por maioria com 35 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 votos contra, sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.9.2.2 – O Ponto 1 da parte deliberativa foi aprovado por unanimidade.

6.9.2.3 – O ponto 2 da parte deliberativa foi aprovado por maioria com 35 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 abstenções, sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.9.2.4 – O ponto 3 da parte deliberativa foi aprovado por unanimidade.

6.9.3 – O Voto de Saudação sobre “Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina” foi aprovada por unanimidade.

6.9.4 – A Moção “Pelo Prolongamento do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica” foi aprovada por unanimidade.

6.9.5 – A Moção/Deliberação “Dia Internacional da Mulher – O dia histórico de luta pela igualdade e pela emancipação das mulheres” foi votada por partes, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.9.5.1 – Os Considerandos exceto os pontos 1, 3 e 4, foram aprovados por maioria com 35 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 2 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 abstenção do eleito do CDS-PP.

6.9.5.1 – O ponto 1 dos considerandos foi aprovado por maioria com 22 votos a favor sendo, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 16 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.9.5.2 – O ponto 3 dos considerandos foi aprovado por maioria com 35 votos a favor sendo, 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.9.5.3 – O ponto 4 dos considerandos foi rejeitado por maioria com 19 votos contra sendo, 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 19 votos a favor sendo, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e com o voto de qualidade do Senhor Presidente da Assembleia Municipal

6.9.5.4 – Os pontos 1, 2, 3 e 4 da parte deliberativa, foram aprovados por unanimidade.



6.9.5.5 – O ponto 5 da parte deliberativa, foi aprovado por maioria com 35 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 votos contra sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.9.6 – A Saudação sobre a “Estratégia Municipal de Saúde de Almada 2024/2030” foi aprovada por maioria com 24 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 15 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP.

6.9.6.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito. (Não foi rececionada declaração de voto).

6.9.7 – A Moção “Criação de Locais Ribeirinhos de Atracagem e Desembarque de Transporte Fluvial Turístico” foi aprovada por maioria com 23 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 4 votos contra sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 da eleita do PAN; 11 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.

6.9.8 – A Moção “Por uma Iluminação Condigna no Terminal de Cacilhas” foi aprovada por unanimidade.

6.9.9 – A Moção “Aumentar mais a Rede de WIFI no Concelho” foi aprovada por unanimidade.

6.9.10 – A Moção “Contra a Violência e Insegurança” foi votada por partes tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.9.10.1 – Os considerandos foram rejeitados com 18 votos contra, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias e Junta de Freguesia que o integram, 1 da eleita do PAN e 1 do IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 14 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 6 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.9.10.2 – A parte deliberativa foi rejeitada com 21 votos contra, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias e Junta de Freguesia que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 17 votos a favor, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.10 – Os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE) e Margarida Ramires Paulos (PAN) anunciaram que apresentariam Declarações de Voto por escrito, referentes ao Voto de Saudação ao “Dia Nacional do Antigo Combatente” (Não foram rececionadas declarações de voto).

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Para um Protesto à Mesa, nos termos do artigo 56º, nº 1, do Regimento da Assembleia Municipal usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

7.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O grupo Municipal do CHEGA tem vindo a alertar para a violação de prazos e regras no funcionamento desta Assembleia Municipal.

Intencionalmente, enviámos uma proposta com 42 minutos de atraso. O prazo limite à submissão de propostas era dia 20 às 15.30 e o nosso email foi enviado às 16:12, para garantir que se verificavam mais de 30 minutos de atraso.

Prontamente, de uma forma correta, certa e demonstrando o profissionalismo dos serviços, que saudamos, recebemos a resposta que esperávamos. O nosso envio violava o nº 9, do artigo 44º, não podendo ser aceite nesta Sessão, o que concordamos na íntegra.

Mas para nosso grande espanto, foram recebidos 5 emails com documentação da Câmara Municipal violando o nº 2-C, do artigo 3º, aceites sem nada ter sido questionado a este Plenário.

Mas afinal Senhor Presidente, o Regimento só serve para o CHEGA, ou todas as forças políticas representadas nesta casa têm de cumprir as mesmas regras e respeitar de igual forma o Regimento?

Senhor Presidente, temos um Regimento para o Partido Socialista e PSD e outro para o CHEGA e restante oposição?

Porque são aceites documentos que violam o Regimento, unilateralmente por si, sem colocar a este Plenário a aceitação dos mesmos?

Tem o Senhor Presidente esse poder discricionário? Ou é mais um atropelo ao Regimento tal como a própria aceitação dos documentos?

O estranho é que os Deputados já levaram um “raspanete” por trazerem garrafas de água em plástico (a minha é metálica já agora), no entanto, informação relevante sobre o funcionamento desta Sessão de Assembleia Municipal e o porquê de documentação ser aceite fora de prazo não foi mencionada.

Esta situação já não é nova, em abril passado tivemos documentos que foram alterados e submetidos à Assembleia Municipal sem conhecimento dos Deputados, alguns no próprio dia. Só após o alerta do Grupo Municipal do CHEGA a situação foi esclarecida. Mas, aparentemente, nada foi aprendido por esta Assembleia Municipal e por este executivo.

As regras do Regimento são para ser cumpridas por todos, inclusive o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Agora, se me permitem, para não chatear o Camões, vou ler a saudação enviada fora de prazo e que serviu apenas para demonstrar que:

“É fraqueza entre ovelhas ser leão”

Saudação Luís de Camões

No passado dia 23 de janeiro celebrou-se o que é aceite pelos principais historiadores Portugueses como a data de nascimento de Luís Vaz de Camões.

Hoje, enquanto aqui nos reunimos, temos a honra de evocar esta figura ímpar da nossa identidade nacional, um símbolo da resiliência, bravura e genialidade, que caracteriza o espírito português, que celebra 500 anos de nascimento, um marco que nos convida a refletir sobre o nosso passado glorioso e a traçar paralelos com os desafios do presente.

Camões, com a sua escrita imortal, não apenas narrou as odisséias dos nossos antepassados nas águas desconhecidas, mas também imortalizou os valores que formam os alicerces da nossa nação: coragem face ao desconhecido, perseverança diante do infortúnio, e uma dedicação inabalável aos ideais que nos unem.

“O fraco rei faz fraca a forte gente,” escreveu Camões em “Os Lusíadas”, numa alusão à liderança e ao seu impacto no destino de uma nação. Esta frase, carregada de significado e sabedoria, ecoa através dos séculos e encontra um espelho nos nossos dias. Observamos, por vezes com desalento, como as lideranças podem



influenciar o curso de uma nação, como as decisões tomadas no seio dos palácios de poder influenciam a sua vida.

Num momento de reflexão e introspeção, onde as páginas da História se voltam com a promessa de um novo capítulo, as palavras do imortal Luís de Camões ressoam com uma relevância que transcende as eras. "Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades," escreveu o poeta, capturando a essência fluída e eternamente dinâmica da condição humana e da marcha inexorável da sociedade.

Esta máxima reflete a natureza cíclica da vida, da História e mesmo da política, e ecoa como um lembrete de que estamos num momento de escolha, um ponto de inflexão que nos convoca a definir o curso de nosso futuro.

Numa época em que enfrentamos desafios globais, transformações económicas e guerras, as lições de Camões nunca foram tão pertinentes.

O poeta soube, como poucos, transcender o seu tempo, oferecendo-nos uma obra que é um espelho da alma lusa e um testamento à capacidade humana de superar adversidades. Hoje, ao enfrentarmos as incertezas do presente, são esses valores imortais - a tenacidade, a integridade, a fé na justiça e na ordem - que nos devem guiar. Porque reconhecemos que é no respeito pelas tradições, na salvaguarda da nossa herança cultural que encontramos o caminho para a prosperidade.

O exemplo de Camões é um lembrete de que, mesmo nas horas mais sombrias, o espírito português soube encontrar a luz. Soube exaltar a grandiosidade de Portugal numa época de descobertas e é esse mesmo ímpeto inovador e essa mesma coragem que hoje nos devem inspirar na procura de soluções que honrem o nosso passado, solidifiquem o nosso presente e iluminem o nosso futuro.

Que a celebração dos 500 anos de Camões seja mais do que uma homenagem; que seja um momento de introspeção e inspiração. Que os valores que ele tão bem soube transmitir se reflitam nas políticas e nas ações que aqui deliberamos, assegurando que Almada e Portugal continuem a ser terras de coragem, inovação e esperança."

7.1.2 – Para prestar esclarecimentos usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

7.1.2.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal já que interpelou a Mesa diretamente, podia-o ter feito com uma interpelação à Mesa não precisa de ter recorrido a esta figura regimental.

Só dizer-lhe 3 coisas:

A primeira, todos conhecemos a forma de funcionamento em Assembleias do seu Partido, todos conhecemos as repetidas falsidades que os elementos do seu Partido costumam dizer em espaço público e nas diversas Assembleias e também sabemos que há eleições daqui a 15 dias e, portanto, percebemos perfeitamente o número que tenta aqui fazer hoje.

Com certeza estará um pouco confuso com o ponto regimental que invocou porque fala sobre alterações aos documentos da Câmara Municipal, confesso que não percebi, mas provavelmente o erro até é meu.

Aquilo que me parece é: há um documento que o Senhor Deputado Municipal enviou para a Assembleia Municipal, pelos vistos fora de prazo, os serviços da Assembleia Municipal o que fizeram e bem, foi dizer que o documento tinha sido entregue fora de prazo. O Senhor Deputado Municipal sabia e bem, que se queria que esse documento fosse lido ou apresentado no início da Assembleia, tinha dito. A Mesa não aceitou quer por isso recorrer dessa não aceitação e provavelmente até face ao teor documento, não sei, os vários Partidos pronunciar-se-iam e até podíamos ter discutido o documento. Não o fez porque não era isso que queria fazer, o que queria fazer era aquilo que fez, fazer um número deste tipo.

Portanto está feito, vamos então avançar."



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.1.3. – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) em Defesa da Honra, nos termos do nº 1, do artigo 55º, do Regimento da Assembleia Municipal.

7.1.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os considerandos que está a fazer não são dignos da posição que tem.

Do ponto de vista do CHEGA e que quisemos fazer transparecer e provamos, é que o Regimento desta Assembleia Municipal, não é aplicado da mesma forma a todas as forças políticas.

O CHEGA, propositadamente, atrasou um documento a partir do momento em que viu que estavam a ser enviados aos Senhores Deputados Municipais, documentos fora de prazo, sem qualquer contacto, sem qualquer informação.

Tivemos uma Conferência de Representantes onde nada nos foi dito, nada foi informado, nada foi justificado pela entrega de documentos fora de prazo. O Regimento serve para uns, mas não serve para outros? As regras que todos aprovamos nesta casa, só servem para quem o Senhor Presidente escolhe? Isto não é democracia, está a escolher arbitrariamente o que pretende aplicar:”

7.1.4 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em Defesa da Honra, nos termos do nº 2, do artigo 55º, do Regimento da Assembleia Municipal.

7.1.4.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Regimento serve para todos, o Regimento tem que ser cumprido por todos e se houve algum momento em que o Regimento não fosse cumprido, o Senhor Deputado tem que o fazer ver, pelas várias figuras regimentais que tem à sua disposição e fazer ver ao Plenário, à Mesa, que o Regimento não foi cumprido.

Isso não aconteceu, aquilo que fez, pelos vistos, foi apresentar deliberadamente fora de prazo uma moção para agora poder fazer este número para que, provavelmente, fazer valer e dizer aos seus companheiros, a quem está lá fora, que ia fazer essa vitimização que é muito típica dos elementos do seu partido. Pode fazer, já todos sabemos como é que funciona.”

7.2 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem de trabalhos, relativo à Eleição de Representante da Assembleia Municipal de Almada para integrar o Conselho Municipal do Desporto do Concelho de Almada (alínea b), do nº 1, do artigo 6º do Regulamento do Conselho Municipal do Desporto);

7.2.2 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU);

7.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU votou favoravelmente a constituição do Conselho Municipal do Desporto, porque considera que se trata de um instrumento que, enquanto instância de aconselhamento da Câmara Municipal, poderá e deverá representar uma importante mais-valia no quadro da construção das opções da política municipal no domínio da prática desportiva. É com esta expectativa positiva que a CDU encara o desempenho deste Conselho Municipal.

A CDU não pode, no entanto, rever-se plenamente na forma como este regulamento estabelece a composição do Conselho Municipal, em particular no que se prende com a representatividade desta Assembleia Municipal nesse Conselho.

A verdade é que o regulamento prevê a indicação de apenas um representante da Assembleia Municipal num órgão que integra, e bem, múltiplos representantes de outros organismos e instituições, incluindo duas personalidades de reconhecido mérito ligadas ao desporto, indicadas pelo presidente do Conselho Municipal (leia-se Presidente da Câmara Municipal ou Vereador com o pelouro do desporto) e votadas pelo próprio



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

8

Conselho, facto que não pode deixar de ser lido como manifestamente desproporcional, considerando a importância do órgão Assembleia Municipal, composta por 38 eleitos, representantes de sete forças políticas distintas.

Neste quadro, a CDU optou por não apresentar candidatura a esta representação externa da Assembleia Municipal, e irá abster-se na votação das candidaturas apresentadas.”

7.2.1 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta por voto secreto, sendo a proposta aprovada com 21 votos a favor, e 17 votos em branco, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada elege como representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal do Desporto do Concelho de Almada, de acordo com a alínea b), nº 1, do artigo 6º do Regulamento do Conselho Municipal do Desporto do Concelho de Almada:

Representante Efetivo: Deputado Municipal

Daniel Alexandre Teixeira Salgueiro da Silva

Representante Suplente: Deputada Municipal Presidente da União das Freguesias

de Caparica e Trafaria

Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça

7.3 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda, para apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento;

7.3.1 – Para apresentar o Relatório da 1ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE);

7.3.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Comissão realizou uma reunião no dia 11 de dezembro de 2023.

Nesta reunião começou por ser apresentado o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2024 da WEMOB, onde se fez referência a uma previsão de diminuição do valor previsto para o contrato-programa da WEMOB. Além disso, foi também referida a intenção do executivo em promover a melhoria do atendimento administrativo, através de um maior aposta no digital, bem como um investimento generalizado na condição laboral dos trabalhadores da empresa. Foi ainda mencionada a expansão e reparação das estações de carregamento elétrico localizadas nos parques de estacionamento do município, tendo em conta o estado de desgaste de algumas delas.

Nesta reunião, foram também apresentadas as Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do Município para 2024, através de uma análise aos documentos apresentados pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, e onde foi referido que 2024 terá o maior investimento orçamental já feito pela Câmara Municipal de Almada, totalizando o valor de 187,5M€.

Deu-se igualmente a exposição das Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos SMAS para o ano de 2024, onde se revelou que estes documentos, juntamente com os valores das taxas e tarifas, estarão em linha com os praticados em 2023. Os deputados municipais presentes debateram o plano de manutenção do SMAS, fazendo particular menção a algumas situações de abatimentos de piso no município, situações estas que foram sinalizadas pelo executivo camarário.

O detalhe das exposições, as questões suscitadas e as subseqüentes respostas podem ser consultadas na ata desta reunião.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.3.2 – Para apresentar o Relatório da 2ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Luís Couvaneiro (PS);

7.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Luís Couvaneiro (PS):

“Senhor Presidentes, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A 2.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Almada, dedicada aos à Educação, Cultura, Desporto e Juventude não efetuou reuniões durante o período do segundo semestre do ano de 2023. É relevante mencionar que, anteriormente, a Comissão se reuniu com: - a Presidente da Câmara Municipal de Almada, Inês de Medeiros, para abordar questões relacionadas com a política municipal para a área da cultura, com destaque para os apoios à criação teatral; - o vereador José Pedro Ribeiro, para abordar as questões relacionadas com o Festival O Sol da Caparica, e - o vereador Filipe Pacheco, para abordar as questões relacionadas com as políticas municipais de desporto e juventude, com destaque para a organização das atividades de preparação da Assembleia Municipal Jovem de Almada. Deste modo, é compreensível que, na ausência de eventos ou ocorrências significativas relacionadas com as competências da Comissão e sem que houvesse solicitações para a realização de reuniões, não se tenha verificado a necessidade de convocar encontros durante o segundo semestre de 2023.”

7.3.3 – Para apresentar o Relatório da 3ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS);

7.3.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No segundo semestre foi realizada uma reunião em julho de 2023 com a Sra Presidente da CMA, Inês de Medeiros, que em conjunto com os técnicos da autarquia deram a conhecer o ponto em que se encontrava à data o processo de revisão do PDM de Almada.

De acordo com a informação prestada pela CMA ao nível dos trabalhos em curso, e após uma cronologia dos trabalhos já desenvolvidos, encontravam-se a decorrer os seguintes trabalhos:

NOVA.ID.FCT → Delimitação da Reserva Ecológica Municipal bruta nas tipologias “zonas ameaçadas pelas cheias” (ZAC), “áreas estratégicas de infiltração e recarga do aquífero (AEIPRA)” e “áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo (AEREHS)”.

FCIÊNCIAS.ID → Enquadramento da revisão do Plano Diretor Municipal de Almada no Programa da Orla Costeira – Alcobaça/Cabo Espichel:

Elaboração do Estudo de impacto de inundação e de galgamento costeiro e estuarino

SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIZADOS → Revisão e aditamento do regulamento em função dos pareceres emitidos pelas entidades da Comissão Consultiva e das

Externas.

Foi igualmente referido que as seguintes fases do processo serão a apresentação da Proposta de plano:

- Discussão pública
- Aprovação do Plano Diretor Municipal
- Tramitação final”

7.3.4 – Para apresentar o Relatório da 4ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD);

7.3.4.1 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2.

No que se refere ao Relatório da 4ª Comissão Permanente, neste período a Comissão reuniu com a Comissão Executiva do Madan Parque, onde se inteirou das atividades ali desenvolvidas.

Esteve também prevista uma reunião com o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, mas que foi cancelada e que será novamente programada para o 1º semestre do corrente ano.

Foi solicitado várias vezes reunião com a Delegação de Almada da Associação dos Comerciantes do Distrito de Setúbal, mas até ao momento ainda não nos responderam.”

7.3.5 – Para apresentar o Relatório da 5ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU);

7.3.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Durante o 2º semestre de 2023 foram realizadas quatro reuniões e duas visitas a bairros sociais, Bairro Branco ao pé do Instituto Português da Qualidade, Bairro dos Pescadores e Terras do Lelo e Abreu.

Embora o bairro branco perto do IQP seja da competência do IHRU, acompanhou-nos na visita um vogal da União de Freguesias da Trafaria e Caparica. A visita ao Bairro dos Pescadores foi acompanhada pelo Sr. Presidente da União de Freguesias da Costa da Caparica e por duas técnicas do Departamento de habitação da CMA, que também nos acompanharam na visita às Terras do Lelo e Abreu.

Estas visitas tiveram como objetivo conhecer a situação em que se encontram os bairros/habitações sociais de responsabilidade do município e do IHRU, e quais os problemas identificados pelos moradores.

Foram identificados problemas graves nas estruturas das habitações, sobretudo no bairro do IPQ, com infiltrações que provocam humidades e desabamento do estuque, chuva dentro de casa, ausência de porta no prédio e degradação dos espaços exteriores com acumulação de lixo.

No Bairro dos Pescadores os edifícios encontram-se degradados no exterior e existem problemas de infiltrações também numa habitação. É notória a diferença do cuidado dos espaços públicos nas zonas em que as habitações são privadas e as habitações sociais.

Quanto ao bairro das Terras do Lelo e Abreu, encontra-se tudo muito degradado, sem condições de higiene e salubridade, tendo as técnicas da CMA informado que está previsto o realojamento destes moradores a médio prazo.

A Comissão realizou duas reuniões neste semestre, uma para discutir a moção apresentada pelo CDS-PP que baixou á 5ª Comissão sobre a criação de um cemitério para animais de companhia, tendo-se levantado várias dúvidas relativamente a questões legislativas sobre as quais se está a tentar obter esclarecimentos. A Segunda reunião teve como objetivo o planeamento da continuidade dos trabalhos.

Com entidades externas reuniu a 5ª Comissão com a direção do Centro Paroquial de Cacilhas, Padre Quintino, e com o conselho de administração do Hospital Garcia de Orta.

Foi também solicitada à vereação, informação sobre a situação atual da Curpic.

Atividades Pendente: Reunião com o IHRU, não obstante as várias insistências; Reunião com o Ministério Público; Reunião com o Sr. Vereador Filipe Pacheco.”

7.3.6 – Para apresentar o Relatório da 6ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU);

7.3.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O presente relatório, no cumprimento do estabelecido no regimento da Assembleia Municipal de Almada, tem como objetivo demonstrar a atividade da Comissão supramencionada no segundo semestre do ano 2023.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Assim, na reunião realizada aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, os deputados municipais definiram o plano de trabalho para o segundo semestre.

Conforme consta na n.º 15/XIII-2.º/2021-2025, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, nas instalações da Área Metropolitana de Lisboa, foi efetuada o balanço sobre os meses decorridos da implementação da rede rodoviária, nas quais foram consideradas as correções, alterações, reposição de carreiras e a normalização da rede.

Foram identificadas necessidades de melhoria, bem como referidas algumas dificuldades sentidas na relação com o operador e a importância de articulação com os Municípios.

A falta de abrigos de passageiros foi referida pelos deputados municipais, estando a sua colocação dependente de um concurso.

Outro aspeto que está a dificultar a implementação da rede, prende-se com a contratação de motoristas.

Foi referido o esforço que está a ser desenvolvido para a articulação de horários com outras operadoras de transporte para garantir a intermodalidade que o passe único agora possibilita. Melhorando por essa via a mobilidade dos utentes.

Conforme consta na ata n.º 16/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos doze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, nas instalações do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), foram abordadas as necessidades de melhorar em matéria de planeamento na área da mobilidade e transportes na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e da relação entre os Municípios na conceção de uma visão estratégica que olhe para o vasto território, a norte e a sul, nas múltiplas interligações entre margens.

Foram apresentadas as diversas funções do IMT ao nível dos contratos de concessão, regulamento de gestão de vias, licenciamento de serviços de transportes públicos, pareceres aos Planos Diretores Municipais (PDM) e planos de mobilidade.

Ainda nesta reunião foi salientada a necessidade da construção de uma terceira travessia rodoferroviária, sendo o corredor Barreiro-Chelas o mais referenciado.

Conforme consta na ata n.º 17/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos treze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, nas instalações da Transtejo (TT), o Conselho de Administração da TT apresentou o plano em curso no investimento na nova frota para o transporte fluvial de passageiros com baterias elétricas e da possibilidade de fusão das empresas TT e Soflusa.

A administração assume a dificuldade na contratação de recursos humanos, mas que está a desencadear todas as ações possíveis para reforçar os seus quadros de pessoal.

A TT antecipou a vinda de um navio para iniciar a formação da tripulação e efetuar os primeiros ensaios de navegabilidade dos novos equipamentos no rio Tejo, estando em curso as instalações dos postos de carregamento.

Os deputados municipais lamentaram a demora de todo este processo, que em parte compreendem, mas defendem a importância das várias ligações fluviais entre a margem sul e a norte, pelo que desejam que esta situação seja melhorada no curto espaço de tempo.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2

Conforme consta na ata n.º 18/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, reuniu com a Lusoponte.

Os administradores referiram a eventual construção da Terceira Travessia do Tejo (TTT) corredor Barreiro-Chelas, embora considerem o túnel Trafaria-Algés a travessia com maior interesse, na qual se incluía a solução ferroviária (metro ligeiro).

Os deputados municipais referiram a necessidade da diminuição dos custos de passagem ou abolição das portagens na Ponte 25 de Abril.

Referiram, ainda, que a travessia Barreiro-Chelas deve ter em conta o traçado para receber a ferrovia de forma articulada com o futuro aeroporto. Quanto ao alargamento do IC 20, foi referido que não trará alterações significativas em relação à melhoria de acessibilidade, uma vez que o trânsito que acede à ponte 25 de Abril provinda de outras locais é o mesmo, pelo que haverá sempre concentração de veículos nos acessos/nós.

Conforme consta na ata n.º 19/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos onze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, reuniu com a Comissão de Trabalhadores da Transtejo.

Nesta reunião foram abordadas matérias relativas à nova frota de dez novos barcos elétricos, a relação dos trabalhadores com a empresa e o seu envolvimento em todo este processo e as necessidades de investimento em recursos humanos para a eficácia de funcionamento da empresa na prestação do serviço de transporte fluvial.

Os deputados municipais manifestaram as suas preocupações relativamente a todo este processo que tem vindo a ser anunciado pelas várias administrações da Transtejo (TT) sem resultados visíveis na melhoria do serviço, evidenciadas pela supressão de carreiras nas ligações fluviais que devem ser garantidas pela empresa para responder às necessidades das populações que precisam deste serviço de transporte.

Os representantes dos trabalhadores da TT informaram que a empresa anunciou a contratação de duzentos e setenta trabalhadores num plano a três anos e que estão garantidas apenas duas tripulações para os novos navios elétricos.

Consideraram, ainda, algumas das dúvidas que têm relativamente à eficácia de resposta destes novos equipamentos de transporte de passageiros e estão preocupados com problemas que possam surgir na manutenção dos mesmos. Em sua opinião deve ter de funcionar, alternadamente, um sistema híbrido que envolva os novos equipamentos e os que atualmente se encontram em funcionamento.

Outro aspeto que está a preocupar os trabalhadores, para além da falta de recursos humanos, são a falta de instalações para carregamento em número necessário para garantir a funcionalidade dos novos equipamentos.

Conforme consta na ata n.º 20/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, reuniu com o Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Agências de Viagens, Transitários e Pesca.

Nesta reunião foram abordadas matérias em relação à nova frota de dez novos barcos elétricos, o envolvimento dos trabalhadores em todo este processo e as necessidades de investimento em recursos humanos por parte da empresa Transtejo.

Os deputados municipais, tal como fizeram na reunião anterior sobre o mesmo assunto, manifestaram as suas preocupações relativamente a todo este processo que tem vindo a ser anunciado pelas várias administrações



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

da Transtejo (TT) sem resultados visíveis na melhoria do serviço, evidenciadas pela supressão de carreiras nas ligações fluviais que devem ser garantidas pela empresa para responder às necessidades das populações que precisam deste serviço de transporte.

Os representantes do Sindicato informaram que a empresa tem vindo progressivamente a anunciar algumas medidas, mas ainda sem grandes resultados que evidenciem as melhorias pretendidas quer para os trabalhadores, quer para a prestação do serviço que ainda se suporta nos antigos equipamentos que vão resistindo.

Manifestaram algumas das dúvidas que têm relativamente à eficácia de resposta destes novos equipamentos de transporte de passageiros e lamentam não terem sido envolvidos neste processo, pois o seu conhecimento poderia evitar eventuais dificuldades que os equipamentos elétricos podem trazer na operacionalidade das carreiras de serviço público do transporte fluvial.

Conforme consta na ata n.º 21/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, reuniu com a Comissão de Trabalhadores da Soflusa.

Os deputados municipais solicitaram informações à estrutura representativa dos trabalhadores informações sobre a anunciada fusão das empresas Transtejo e Soflusa, sobre a qual ainda se desconhece o plano para a sua concretização; e qual o seu parecer relativamente aos novos navios elétricos.

A comissão de trabalhadores informou que não está a ser envolvida no eventual processo de fusão das empresas, mas que em auscultação interna aos trabalhadores da Soflusa, foi considerado não ser a melhor solução, pois são empresas distintas na sua dinâmica de operacionalidade, o que não vem em melhoria dos resultados da prestação de serviço.

Quanto à opção de equipar os novos navios com baterias elétricas, lamentam o seu não envolvimento no processo, pois esta opção, tendo em conta as características do rio Tejo não foi a escolha mais acertada, para além de terem muitas dúvidas na melhoria que esta opção pode trazer do ponto de vista ambiental.

Conforme consta na ata n.º 22/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, no Auditório Manuel Cabanas, na Biblioteca Municipal do Barreiro, reuniu com a 5.ª e 6.ª Comissão da Assembleia Municipal do Barreiro, para abordar assuntos sobre mobilidade e transportes inter-concelhos e a terceira travessia sobre o Tejo Barreiro-Chelas.

Nesta reunião foram enquadradas as linhas de trabalho comum no desenvolvimento de um planeamento na área dos transportes e mobilidade que envolvam as diversas potencialidades no investimento no transporte rodoviário, fluvial, extensão do metro ligeiro de superfície, novas travessias rodoferroviárias e rede viária, particularmente na A33 e o seu eixo de ligação no futuro anel Algés-Trafaria-Barreiro-Chelas e o novo aeroporto.

Foi consensualizado entre os deputados dos dois Municípios que é necessária uma visão integrada para a Península de Setúbal, considerando o futuro e os sinais que a nova demografia nos apontam para o desenvolvimento da Região de Setúbal dentro da Área Metropolitana de Lisboa

Conforme consta na ata n.º 23/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.”

7.3.7 – Para apresentar o Relatório da 7ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS);

7.3.7.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A 7.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Almada – Direitos dos cidadãos, Proteção Civil e Segurança - doravante designada por Comissão – não realizou qualquer reunião no período em apreço do presente relatório. Importa referir que no período anterior a comissão visitou e reuniu com os principais agentes locais da área da segurança e proteção civil, sendo por isso justificável que, não tendo acontecido nenhum evento/acometimento relevante no âmbito das matérias da Comissão, e não tendo sido solicitada qualquer reunião, não se verificou a necessidade de realizar reuniões no decorrer do 2.º semestre de 2023.

No que respeita à composição da Comissão, a mesma sofreu alterações por consequência de:

Renúncia de mandato do então Deputado Municipal do Partido Chega e secretário da Comissão, João Pedro Pereira, assumindo o lugar o Deputado Municipal do mesmo partido Nuno Mendes;

Renúncia de mandato da então Deputada Municipal do Partido Social Democrata, Paula Galvão, do, assumindo o lugar o Deputado Municipal do mesmo partido Luís Durão;

Alteração feita pelo Partido Socialista nos seus representantes nas diversas comissões permanentes, em consequência de renúncia de mandato do Deputado Municipal André Macedo e da alteração da composição da mesa da Assembleia Municipal, passando a fazer parte desta Comissão a Deputada Municipal Olga Mariano, substituindo o Deputado Municipal Daniel Silva;

Alteração ao regimento da Assembleia Municipal, introduzindo a possibilidade de participação em 2 comissões permanentes dos Deputados Municipais independentes, sendo esta Comissão uma das escolhidas pelo Deputado Municipal independente e Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica, José Ricardo Martins, o qual passou a integrar esta Comissão.”

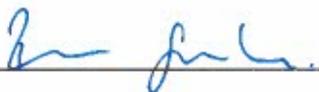
8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 23 de fevereiro, pelas 20H30.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS), dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro (PS), Filipe Pacheco (PS), Francisca Parreira (PS), Nuno Matias (PSD), Maria das Dores Meira (CDU), António Matos (CDU), José Luís Matos (CDU), Helena Azinheira (CDU) e Jefferson Oliveira (BE).

10 – Foi verificada a presença de cerca de quarenta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente de Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.

O PRESIDENTE



O 1º SECRETÁRIO



A 2ª SECRETÁRIA

